



## ATA DE REUNIÃO

|             |                                             |
|-------------|---------------------------------------------|
| OBJETIVO    | 2ª Reunião de Análise da Estratégia de 2026 |
| DATA        | 27 de agosto de 2026                        |
| LOCAL       | Auditório do TRT-SC                         |
| COORDENAÇÃO | Secretaria de Gestão Estratégica            |

### PRESENTES

| NOME                                   | ÁREA                                                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dra. Teresa Regina Cotosky             | Desembargadora do Trabalho-Presidente, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau.                                                                                  |
| Dra. Mirna Uliano Bertoldi             | Desembargadora do Trabalho- Vice-Presidente, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, Diretora da EJUD, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau. |
| Dr. Reinaldo Branco de Moraes          | Desembargador-Corregedor, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau.                                                                                               |
| Dr. Narbal Antônio de Mendonça Fileti  | Desembargador do Trabalho, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                                                            |
| Dr. João Carlos Trois Scalco           | Juiz Titular da 5ª VT de Florianópolis, Coordenador do Núcleo de Justiça 4.0 de Cooperação Judiciária de 1º Grau.                                                                                                                                              |
| Dra. Maria Aparecida Ferreira Jerônimo | Juíza Titular da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                      |
| Dr. Ozeas de Castro                    | Juiz Auxiliar da Corregedoria.                                                                                                                                                                                                                                 |
| Dr. Paulo Cezar Herbst                 | Juiz Substituto da 1ª VT de Brusque, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                        |
| Ana Luísa Vasel                        | Secretária-Geral da Presidência, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, membro do                                                                   |

 CAMILA SARTORI VELLOSO ABREU  
09/09/2026 16:28

 ANA LUÍSA VASEL  
09/09/2026 16:32

 RICARDO GANZO WEICKERT CALDAS  
09/09/2026 17:05

 REINALDO BRANCO DE MORAES  
09/09/2026 17:16

 PAULO CEZAR HERBST  
09/09/2026 17:52

 MARIA APARECIDA FERREIRA JERONIMO  
09/09/2026 18:18

 FERNANDA GOMES FERREIRA  
09/09/2026 18:43

 FREDERICO AGUIAR DOS SANTOS  
09/09/2026 18:49

 TERESA REGINA COTOSKY  
10/09/2026 11:51

 ISABEL VANZIN  
10/09/2026 12:48

 VALDIR LUIZ DA CUNHA  
10/09/2026 16:56

 MIRNA ULIANO BERTOLDI  
11/09/2026 10:11

 NARBAL ANTÔNIO DE MENDONÇA FILETI  
14/09/2026 08:37

 GUSTAVO BESTETTI IBARRA  
14/09/2026 12:17

 LUIZ ALEXANDRE CONSTATE BERGMANN  
15/09/2026 15:25

 MARIA JOSE OLEGARIO  
15/09/2026 20:55

 HAROLDO JOSE BRANDAO DE SOUSA  
16/09/2026 12:16



| NOME                                   | ÁREA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                        | Subcomitê Orçamentário de 1º Grau, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                                              |
| Carlos Eduardo Tiusso                  | Diretor de Secretaria da EJUD, responsável por projeto estratégico.                                                                                                                                                                                                                                                     |
| Camila Sartori Velloso Abreu           | Diretora da Secretaria de Comunicação Social, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                                                                                                  |
| Maria José Olegário                    | Representante do SINTRAJUSC, membro substituto da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                                                                                                        |
| Diego Santos                           | CAOPje.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Dolores Cunha de Amorim Santos         | Coordenadora da SAÚDE, responsável por projeto estratégico.                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Fabiana Vieira de Linhares             | Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau, membro do Subcomitê Orçamentário de 1º Grau, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                       |
| Fábio Zapelini Rebelo                  | Coordenador da CODIN.                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Fernanda Gomes Ferreira                | Diretora-Geral, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro do Subcomitê Orçamentário de 1º Grau, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, membro da Rede Colaborativa de Governança |
| Fernando Schlickmann<br>Oliveira Souza | Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau.                                                                                                                                                                                                           |
| Frederico Aguiar dos Santos            | Secretário da Corregedoria, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, membro do Subcomitê Orçamentário de 1º Grau.                                                                                                             |
| Gabriela Rotta Gomes                   | Chefe da Seção Diagnóstico e Estrutura Organizacional.                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| Gustavo Bestetti Ibarra                | Diretor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica - SEGEST, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa,                                                                                                                                                                              |



| NOME                              | ÁREA                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                   | membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, membro do Subcomitê Orçamentário de 1º Grau, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau. |
| Haroldo José Brandão de Sousa     | Analista Judiciário - CODIN.                                                                                                                                                                                                                   |
| Isabel Vanzin                     | Diretora de Secretaria da 3ª VT de Florianópolis, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                          |
| Lucas Vegini                      | INOVA                                                                                                                                                                                                                                          |
| Luiz Alexandre Constante Bergmann | Coordenador da CAOPJe, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                     |
| Luiz Frederico Pereira            | Diretor da SECAD Substituto, membro substituto da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                               |
| Marcelo Borini Moretto            | Coordenador da COGEPRO.                                                                                                                                                                                                                        |
| Mayara Mayumi Yuhara              | Diretora da SEAUD substituta, membro substituto da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                              |
| Nilvio Bach                       | Diretor da Assessoria Jurídica substituto, membro substituto da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                 |
| Patrícia Michels Sandrini         | Chefe de Seção de Apoio à Governança e LGPD, CODIN.                                                                                                                                                                                            |
| Ricardo Ganzo Weickert Caldas     | Assessor da Ouvidoria, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional                                                                                                                                                                 |
| Ricardo Hideki Nonaka             | Coordenador da CEST, em substituição.                                                                                                                                                                                                          |
| Tamilly Viríssimo                 | Coordenadora da Coordenadoria de Projetos Estratégicos e Inovação - INOVA.                                                                                                                                                                     |
| Valdir Luiz da Cunha              | Diretor da Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação - SETIC, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, membro do Comitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau.                                                  |
| Yara Probst Becker                | Diretora da Divisão de Governança de Gestão de Pessoas - GOVPES.                                                                                                                                                                               |



#### AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

| NOME                                 | ÁREA                                                                                                                                                                                                                                    |
|--------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dr. Roberto Masami Nakajo            | Juiz Titular de Vara do Trabalho, Juiz Gestor Estratégico de Metas, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa.                                                                                             |
| Alex Cristiano Gramkow Hammes        | Diretor da Secretaria de Auditoria Interna, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, sem direito a voto (Portaria SEAP nº 11/2016).                                                                                     |
| Dr. Carlos Alberto Pereira de Castro | Juiz Titular da 7ª VT de Florianópolis, Presidente da AMATRA 12ª Região                                                                                                                                                                 |
| Dr. Roberto Basillone Leite          | Desembargador do Trabalho-Ouvidor, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                             |
| Gilmar Edilson Vieira                | Assessor Jurídico da Presidência, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                                                                                                              |
| Gustavo Bianchini                    | Diretor da SECAD, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional, membro do Subcomitê de Acompanhamento Orçamentário de 2º Grau.                                                                                               |
| Jefferson Neri Corbari               | Diretor da Secretaria de Gestão Judiciária, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                                          |
| Marco Antonio Bazeggio               | Coordenador da CEST, membro do Subcomitê Orçamentário de 1º Grau, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional.                                    |
| Roberto Carlos de Almeida            | Secretário-Geral Judiciário, membro do Comitê de Governança Institucional e de Gestão Participativa, membro da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, membro da Rede Colaborativa de Governança Institucional. |



## **Abertura**

A Presidente do TRT-SC, Desembargadora Teresa Regina Cotosky, abriu a 2ª Reunião de Análise Estratégica de 2026 celebrando a conquista do prêmio de transparência do Poder Judiciário. Na ocasião, anunciou o recebimento de 18 novos cargos prioritários para a área-fim, distribuídos pelo CSJT conforme o volume processual de modo a socorrer as unidades mais sobrecarregadas. A magistrada também agradeceu pelas recentes implementações de julho — como a equalização e os núcleos de primeiro e segundo grau —, motivando a equipe a buscar a categoria Diamante em dezembro. Em seguida, o Diretor da SEGEST, Gustavo Ibarra, apresentou a pauta:

- Metas e Dados Estatísticos: alinhamento de metas nacionais e avaliação do Tribunal;
- Prêmio CNJ de Qualidade e Conexão Estratégica: ações integradas de governança e monitoramento do plano regional;
- Projetos Estratégicos: avaliação de dois meses da equalização, funcionamento prático do Núcleo de Justiça 4.0 de 1º Grau, diretrizes da Política de Reconhecimento de servidores e metas do Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS);
- Cenário Orçamentário: panorama financeiro conduzido por Fernando Schlickmann.

Por fim, definiu-se que os trabalhos seguiriam uma dinâmica participativa, promovendo o diálogo aberto e contribuições de todos os presentes.

## **I. METAS E DADOS ESTATÍSTICOS**

### **Resultados parciais das Metas de 2026**

Fábio Rebelo, Coordenador da CODIN, iniciou apresentando um quadro geral com as metas de 2026 as quais o TRT-SC está submetido, quais sejam: Metas Nacionais do CNJ, Metas Específicas do CNJ, Metas definidas no Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e as Metas específicas do TRT/SC.

Explicou que, devido à limitação de tempo, não haveria como detalhar a situação de cada meta, no que passou a discorrer com enfoque nas metas processuais. Para detalhar os números e análises, Fábio apresentou os painéis BI de cumprimento das metas, com dados apurados até 20/08/2026.

### **Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos - Fase de Conhecimento**

Registrou-se que, em 20 de agosto p.p., o índice do Tribunal se encontrava em 83,39%. Nenhuma das 61 unidades judiciárias avaliadas (incluindo o segundo grau) está conseguindo julgar mais processos do que o volume que entra. Desse total, 20 unidades cumprem a meta por se enquadrarem na cláusula de barreira (taxa de congestionamento líquido na fase de conhecimento menor que 40%), enquanto 40 unidades permanecem sem cumpri-la. Ainda sobre a meta 1, apresentou o comparativo do desempenho do Tribunal entre 31 de julho de 2025 e 31 de julho de 2026. Registrou que o índice de cumprimento recuou de 87,39% no ano anterior para 83,23% em 2026. Esclareceu que, enquanto em 2025 o Regional encontrava-se na faixa azul (cumprimento por manter a taxa de congestionamento líquido na fase de conhecimento abaixo de 40%), em 2026 o índice superou esse patamar limite. Explicou-se que esse recuo se deve ao expressivo aumento na meta de julgamento (volume necessário para cumprir a meta), que saltou de aproximadamente 77.000 processos em julho de 2025 para 87.540 processos em julho de 2026 (um incremento



de 16% na demanda de casos novos). Ressaltou que, mesmo com o Tribunal julgando mais de 71.000 processos (cerca de 5.500 julgados a mais do que no mesmo período do ano anterior), o aumento expressivo de casos novos impediu o atingimento direto do índice ideal. Nacionalmente, informou que nenhum TRT alcançou índice superior a 100% para esta meta até o mês de referência, sendo que apenas quatro regionais (Paraíba, Rio Grande do Norte, Rondônia e Amazonas) cumprem a meta estritamente pela cláusula de barreira, enquanto os demais encontram-se inadimplentes. O nosso Regional apresenta-se em posição intermediária, melhorando em relação aos anos anteriores.

### **Meta 2 – Processos Antigos**

O Tribunal apresenta bom cumprimento na parte da meta de julgar 94% dos processos distribuídos até 2024. Contudo, na outra parte (julgar 99% dos processos distribuídos até 2021), o cumprimento ainda não foi atingido, restando apenas 8 processos pendentes no Tribunal (sendo 4 no segundo grau e os demais distribuídos em 4 unidades judiciárias).

### **Meta 3 – Conciliação**

Embora o índice do Tribunal de 48,07% esteja abaixo da meta de 52%, ele supera amplamente a cláusula de barreira estabelecida de 38%. Com esse resultado, o Regional detém o 5º melhor índice de conciliação da Justiça do Trabalho no âmbito nacional, restando apenas 9 unidades com dificuldades no cumprimento.

### **Meta 5 – Redução da Taxa de Congestionamento Líquida**

Com meta fixada abaixo de 34%, o Tribunal registra atualmente 38,57%. Apresentou dados do painel do CNJ revelando que nenhum tribunal do país conseguiu atingir um índice igual ou maior que 100%, que indica que ninguém está conseguindo reduzir sua taxa de congestionamento até o mês de referência. Reiterou que há um impacto recíproco direto entre as Metas 1 e 5: o ingresso contínuo de novos processos eleva automaticamente a taxa de congestionamento e dificulta o cumprimento de ambas as metas.

### **Meta Específica (Execuções extintas por satisfação da obrigação)**

O cumprimento ocorre com tranquilidade, restando apenas 3 unidades fora do índice.

### **Dados Estatísticos Relevantes**

Dando prosseguimento à pauta, o servidor Ricardo Nonaka, coordenador substituto da CEST, realizou a apresentação detalhada dos estudos estatísticos e da crescente demanda do Tribunal. De início, registrou que as estimativas anuais indicam uma tendência contínua de alta e que o crescimento real do volume processual tem surpreendido sucessivamente as projeções da área técnica.

A análise técnica e os dados consolidados apresentados compreenderam as seguintes considerações:

- **Evolução e Crescimento de Casos Novos:** No comparativo entre os períodos de janeiro a julho de 2025 e de janeiro a julho de 2026, constatou-se um aumento de 16% na entrada de novos processos. Apontou-se que o Tribunal já



se encontra operando acima do patamar histórico verificado no período anterior à Reforma Trabalhista e que, embora tenha havido um acréscimo real no volume de julgamentos realizados, a produtividade não tem sido suficiente para acompanhar o ritmo de ingresso de novos casos.

- Perfil e Classes Processuais da Demanda: Identificou-se que o crescimento concentra-se majoritariamente em reclamações trabalhistas sob o rito ordinário. Pela primeira vez desde o ano de 2018, houve a inversão do fluxo tradicional, registrando-se, até o mês de julho, um volume superior de processos sob o rito ordinário em comparação com o rito sumaríssimo. Em decorrência desse fator, o estoque de pendentes de julgamento na fase de conhecimento superou o quantitativo total verificado no ano de 2017.
- Cenário Processual no Segundo Grau: Constatou-se uma tendência de elevação do volume processual também na segunda instância. No entanto, observou-se que este aumento é ligeiramente mais suave em comparação com o primeiro grau, mantendo os processos pendentes de julgamento e pendentes de baixa em uma linha de crescimento leve e constante.
- Posicionamento Nacional do Tribunal: Com base em informações remetidas de Brasília pelo servidor Marco Bazeggio, Coordenador da CEST, destacou-se que o TRT-SC registrou o maior aumento do país no volume de casos novos na fase de conhecimento no comparativo entre os períodos de janeiro a julho de 2025 e 2026.
- Superação do Pico Histórico: Realizou-se uma análise baseada no acumulado móvel de 12 meses (período de agosto de 2025 a julho de 2026) comparado ao pico histórico pré-reforma verificado em cada regional do país no ano de 2017. O estudo apontou que este Regional é o único do país a registrar um acumulado de 12 meses superior à sua própria série histórica pré-reforma, superando o recorde anterior em 10,9%, enquanto todos os demais tribunais brasileiros permanecem operando abaixo de suas respectivas marcas históricas de 2017.

Ao final de sua manifestação, o servidor Ricardo Nonaka colocou-se à disposição para o esclarecimento de dúvidas e devolveu a palavra à coordenação dos trabalhos.

## **II. PROCESSO DE REVISÃO DO PE DO JUDICIÁRIO**

Fábio Rebelo, Coordenador da CODIN, apresentou um quadro com as metas aprovadas na 2ª Reunião Preparatória para o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário, quais sejam:

### **Meta Nacional: Julgar mais processos que os distribuídos**

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20 de dezembro do ano anterior a 19 de dezembro do ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no mesmo período. Ou, alternativamente, alcançar, no máximo, 40% de taxa de congestionamento líquida em processo de conhecimento.

### **Meta Nacional: Julgar processos mais antigos**

Identificar e julgar, até 31/12/2027, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2027 ou que forem desobrestados durante o ano de 2027, 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2022) ou mais.

### **Meta Nacional: Estimular a conciliação**

Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior (2025/2026) ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.



**Meta Nacional: Reduzir a taxa de congestionamento**

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2026, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.

**Meta Nacional: Estimular a inovação no Poder Judiciário**

Desenvolver, no ano de 2027, em projeto inovador com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), relacionado a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional a partir dos Laboratórios de Inovação.

**Meta Específica: Execução - Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais**

Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior (2025/2026) ou alcançar, no mínimo 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais.

Fábio informou que essas metas serão submetidas ao CNJ, que fará uma consulta pública e, após essa etapa, ainda há possibilidade de haver alterações nessas metas. As metas aprovadas serão divulgadas no 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Na ocasião, Gustavo Ibarra complementou, comentando que o expressivo crescimento da demanda processual revelado pelas estatísticas do Tribunal supera a alta de produtividade de magistrados e servidores. Ponderou sobre a necessidade de se promover um estudo aprofundado sobre a realidade demográfica e socioeconômica do estado de Santa Catarina para fundamentar pleitos de ampliação de cargos e infraestrutura perante o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), além de municiar debates políticos que demonstrem que o patamar atual das metas ultrapassou o nível de desafio razoável, tornando-se inexecutável diante da estrutura de pessoal disponível.

### **III. CONEXÃO ESTRATÉGICA E PROJEÇÕES PARA O PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE**

Gustavo Ibarra, prosseguindo, apresentou o panorama do programa Conexão Estratégica, iniciativa voltada ao desdobramento regional do Plano Estratégico Nacional. Informou que o programa é constituído por 14 objetivos estratégicos e 80 resultados-chave (KRs). Esclareceu que o primeiro ciclo de execução, correspondente aos primeiros seis meses de trabalho, concentrou-se de maneira prioritária nos 8 objetivos e 60 KRs diretamente correlacionados aos requisitos e pontuações do Prêmio CNJ de Qualidade.

Ressaltou que o desenho do programa foi estruturado sob o vetor de "Excelência Institucional e Valor Público". Dessa forma, as ações implementadas visam, antes de tudo, elevar a maturidade de gestão do Tribunal e converter esses esforços em valor real prestado à sociedade, figurando a premiação nacional e o reconhecimento do selo como reflexos naturais dessa evolução, e não como finalidades exclusivas.

Em seguida, detalhou as principais entregas realizadas pelas diversas áreas do Tribunal ao longo do semestre, divididas em quatro eixos fundamentais:

- Governança: Implementação de melhorias nos fluxos de trabalho associados ao programa *Pop Rua Jud*, promoção do Índice de Equidade Racial e capacitação integrada de mais de 450 pessoas, entre magistrados e servidores.



- Produtividade (Índice de Atendimento à Demanda - IAD): Realização de ações focadas na melhoria dos índices de atendimento, resultando no cumprimento da meta (baixar mais processos do que o volume de novos ingressos) por 43 unidades judiciárias no primeiro grau — superando a estimativa inicial de 20 unidades — e elevação de 5 para 10 unidades no segundo grau.
- Transparência: Divulgação do resultado oficial do Ranking de Transparência do Poder Judiciário, no qual o Tribunal obteve 100% de aproveitamento. Registrou-se que o Regional figurou no grupo de destaque nacional de 14 tribunais do trabalho que alcançaram a pontuação máxima no quesito.
- Dados e Tecnologia: Consecução do nível de excelência no Índice de Governança de TI (IgovTIC-JUD), acompanhado de amplas frentes de qualificação e saneamento cadastral de bases de dados junto aos sistemas nacionais *DataJud* e *Codex*.

Gustavo comentou ainda a respeito do Índice de Conciliação na Execução, com a realização de um mutirão onde ocorreu a identificação de inconsistência cadastral em que processos reunidos com acordos homologados no conhecimento não tinham o lançamento do movimento replicado nos processos dependentes (processos "filhos"). A SETIC desenvolveu uma ferramenta de automação (robô) para saneamento da base de dados, permitindo a revisão de mais de 3.000 processos. Com essa medida, a estimativa do índice de conciliação na execução do Tribunal saltou de 7% para 11,66%, superando a meta nacional estipulada de 11%.

A Presidência manifestou-se registrando especial agradecimento pelo empenho intersetorial verificado ao longo de um mês de mobilização contínua. Destacou o engajamento de magistrados, assessores e servidores na homologação de acordos, bem como o suporte técnico prestado pelas equipes de secretaria e de tecnologia. Ponderou que a superação de fronteiras e barreiras geográficas entre as unidades — com o apoio recíproco entre diferentes jurisdições e *Cejuscs* — representou um ganho de maturidade comportamental e um legado de cooperação institucional que transcende os indicadores numéricos.

### **Cenários de Pontuação e Perspectiva de Selo do Prêmio CNJ de Qualidade**

Gustavo Ibarra ponderou que, em que pese os dados estarem sob processamento pendente de atualização nos painéis do *Data Jud* pelo CNJ, a fotografia atualizada do Tribunal aponta para um patamar de 89,59 pontos. Foram traçados três cenários de projeção com base nas entregas realizadas:

1. Cenário Conservador (90,41%): Viabilizado caso o Tribunal atinja apenas parte dos pontos potenciais simulados no IAD de primeiro e segundo graus, permitindo a transição de faixa de premiação mesmo sem aproveitamento integral.
2. Cenário de Confiança (91,00%): Alcançado mediante a consolidação dos resultados simulados de conciliação na execução no patamar de 11,66%.
3. Cenário Otimista (91,91%): Projetado caso o CNJ decida pela desconsideração ou suspensão do requisito tecnológico associado à plataforma nacional de declínio de competência (que computa 15 pontos no prêmio).

Sobre o declínio de competência, reportou que o Tribunal já estruturou recurso formal fundamentado no fato de que nenhum tribunal do país, de qualquer ramo de justiça, logrou cumprir a exigência devido ao atraso do próprio CNJ na entrega da infraestrutura da plataforma.



Gustavo mencionou as expectativas favoráveis quanto à validação das ações estruturadas nos requisitos do fluxo de atendimento a pessoas em situação de rua (*Pop Rua Jud*) e do Índice de Promoção de Equidade Racial (IPER).

Por fim, informou que, concluídas as metas temporais do prêmio (cujo marco de aferição encerrou-se em 31 de julho), o programa Conexão Estratégica redirecionará seus esforços para os demais objetivos institucionais e de melhoria de processos de trabalho acordados no último evento do Conexão Estratégica realizado em abril p.p.. Esse bloco complementar é composto por mais 6 objetivos estratégicos e 20 resultados-chave (KRs) associados.

Prosseguindo, Carlos Tiusso, Diretor de Secretaria da Escola Judicial, apresentou o andamento das ações associadas ao Resultado-Chave (KR) 1.5, cuja meta consiste em capacitar 10% dos servidores das áreas judiciárias e administrativas em inteligência artificial (IA) e tecnologias emergentes. Informou que a temática da inteligência artificial foi integrada como eixo temático da Escola Judicial para o presente biênio, estando incorporada em todos os módulos de capacitação realizados até o momento por meio de palestras e oficinas. Relatou que as equipes trabalham no desenvolvimento de uma trilha de aprendizagem estruturada como um programa permanente de letramento digital. Ressaltou que o planejamento visa ao cumprimento do ato conjunto do TST/ENAMAT, que estabelece a matriz curricular sobre a matéria, englobando também diretrizes de governança nos termos da Resolução CNJ nº 615 e que a expectativa da Escola Judicial é de que o referido programa permanente seja divulgado e disponibilizado para o público interno a partir do mês de setembro.

Por fim, esclareceu que a trilha contemplará o mapeamento de competências emergentes para funções específicas elaborado pela CODAP e esse mapeamento define quatro perfis institucionais para o uso de IA no Tribunal, inspirados diretamente na matriz de competências em inteligência artificial da administração pública federal, de modo a viabilizar o desenvolvimento das competências necessárias nas respectivas áreas de atuação.

Em seguida, a servidora Dolores Santos, Coordenadora da SAÚDE, apresentou o andamento das ações voltadas à saúde física e mental das equipes, detalhando os indicadores e as estratégias em desenvolvimento no Tribunal:

- **Medição da Percepção de Saúde (KR 4.1):** Alinhado ao objetivo de aumentar em 15% a percepção de melhora na saúde física e mental dos servidores, esclareceu que a mensuração não será realizada via pesquisa de clima organizacional, uma vez que o instrumento não possui pergunta específica sobre a matéria. O indicador será aferido por meio de perguntas específicas aplicadas pelas equipes de enfermagem e médica durante a realização dos exames periódicos de saúde.
- **Ações de Promoção da Saúde e Bem-Estar (KR 4.2):** O Tribunal busca atingir a meta de realizar pelo menos 10 ações de promoção de saúde e bem-estar por ano. Entre as ações já desenvolvidas, destacou-se o programa Bem Cuidar, instituído em parceria entre a Coordenadoria de Saúde e a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), aberto formalmente pela Desembargadora Teresa Cotosky e inaugurado com palestra ministrada pelo Desembargador Narbal. Mencionou a respeito do desafio corporal promovido por meio do aplicativo *GymRats*. No decorrer do exercício, foram promovidos o podcast sobre a Saúde da Mulher (em março), palestra sobre mobilidade articular (em abril) e ação de conscientização no Dia Mundial de Hipertensão (em maio). Registrou-se ainda o convite para a palestra subsequente sobre "inflamação crônica de baixo grau" (focada no papel da alimentação e do intestino) e o



cronograma de campanhas preventivas para o Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.

- Importância dos Exames Periódicos de Saúde (relacionado ao KR 4.3): Dolores enfatizou a importância da participação voluntária de magistrados e servidores no programa de exames periódicos. Ressaltou que o exame periódico de saúde transcende a mera exigência legal ou a realização de um check-up clínico geral, possuindo abrangência capaz de detectar precocemente condições silenciosas de saúde com potencial de gravidade. Lembrou que a realização do exame periódico possui caráter obrigatório para servidores em regime de teletrabalho, enquanto para os demais servidores e magistrados a participação ocorre mediante adesão ao convite formal expedido pela área de saúde.
- Redução do Absenteísmo Psicoemocional (KR 4.4): Abordou a meta de reduzir em 10% o absenteísmo relacionado a doenças psicoemocionais. Observou que houve uma mudança no perfil epidemiológico de afastamento das equipes: enquanto em períodos anteriores predominavam licenças associadas a doenças osteomusculares, registra-se atualmente uma tendência de elevação de quadros de adoecimento psicoemocional. Apontou que, embora esses afastamentos não apresentem longa duração individual, o aumento na frequência absoluta de casos gera impacto operacional e que, dessa forma, o cenário demanda o fortalecimento das ações de promoção de saúde pelo Tribunal, associado a um apelo pelo senso de responsabilidade e coparticipação dos próprios indivíduos no autocuidado e na preservação da saúde pessoal.

O servidor Frederico Aguiar dos Santos, Secretário da Corregedoria, manifestou-se a respeito do objetivo associado à meta de cooperação em unidades de 1º grau (KR 3.5), relatando que a mensuração e o atingimento desse indicador encontram-se temporariamente prejudicados. Explicou que o cenário decorre do processo recente de equalização das cargas de trabalho das varas do trabalho, o qual tem gerado sobrecarga momentânea e alterado de forma expressiva a dinâmica interna das unidades.

Ponderou que essa reestruturação promoverá um rearranjo gradual na distribuição de processos, aliviando as unidades historicamente mais sobrecarregadas. Adicionalmente, destacou a confirmação da chegada de novos servidores para atuar no primeiro grau, medida que também contribuirá para reposicionar a força de trabalho e mitigar o déficit das varas.

Concluiu que qualquer medição realizada no momento de transição atual possui caráter frágil, fazendo-se necessário aguardar a consolidação dessa nova dinâmica operacional para que o Tribunal possa obter dados estatísticos fiéis, consistentes e condizentes com a realidade de sua força de trabalho.

O servidor Luiz Frederico Pereira, representando a SECAD em virtude das férias do titular Gustavo Bianchini, apresentou o andamento das duas metas associadas à acessibilidade e sustentabilidade predial:

- Energia Fotovoltaica (KR 7.1.8): Informou que os estudos relativos à ampliação da produção de energia fotovoltaica foram concluídos, estando pendente apenas o encaminhamento do processo para a aprovação da Administração do Tribunal.
- Acessibilidade Predial e Correção de Desconformidades (KR 7.2): Relatou a conclusão do levantamento das intervenções necessárias para sanar as desconformidades de acessibilidade nas unidades prediais do Tribunal.



Esclareceu-se que restam pequenos ajustes e definições residuais que serão submetidos ao comitê de acessibilidade, mas que o escopo das intervenções já se encontra idealizado. O planejamento prevê o início imediato da emissão de ordens de serviço para a empresa responsável pelos projetos do Tribunal, com estimativa segura de entrega de todos os projetos concluídos em março. Destacou que por não se tratar de intervenções de grande porte, as obras não dependerão de novos processos licitatórios ou contratação de empresa específica, o que é um facilitador para a execução. Comentou, ainda, que, à exceção de um ou dois casos pontuais, a grande maioria dos reparos poderá ser realizada diretamente pela empresa que já presta serviços de manutenção predial ao Tribunal, assegurando a viabilidade e a celeridade na execução do cronograma.

O servidor Valdir Cunha, Diretor da SETIC, apresentou o detalhamento das metas associadas à implantação de automações de processos de negócio no âmbito do primeiro e segundo graus e das áreas administrativas, abrangendo as diretrizes dos Resultados-Chave (KRs) 1.1, 1.2 e 1.3. Esclareceu que o KR 1.1 refere-se ao desenvolvimento de soluções perenes, complexas e robustas para atender a demandas que atualmente não possuem suporte sistêmico (como novos painéis de inteligência e sistemas integrados). Por sua vez, o KR 1.3 concentra-se em soluções de menor granularidade e complementares aos sistemas institucionais existentes, destinadas a sanar limitações pontuais de usabilidade por meio de robôs, rotinas de automação e relatórios customizados.

- KR 1.1 (Novas Automações de Processo de Negócio): Definiu-se como meta a implantação de 5 novas automações estruturadas. Como exemplo de viabilidade de execução, citou a incorporação do sistema *Galileu* (adquirido mediante cooperação técnica com o TRT da 4ª Região) e do sistema *SDG* (desenvolvido internamente pelas equipes do Tribunal).
- KR 1.2 (Redução no Tempo Médio de Execução): A meta estabelece a redução de, no mínimo, 75% do tempo médio de execução das rotinas prioritárias que forem objeto de automatização. Registrou que a mensuração exata desse indicador apresenta um desafio metodológico de acompanhamento. Contudo, pontuou que, por meio de esforço conjunto com o Laboratório de Inovação e mediante o mapeamento prévio de processos, será possível estimar o tempo despendido manualmente e confrontá-lo com a eficiência pós-automação. Destacou que ferramentas de automação (como o robô *precbot*, desenvolvido sob demanda da assessoria do Dr. Roberto Nakajo) naturalmente atingem ou superam esse patamar de economia de tempo ao substituírem a interação humana direta nas tarefas operacionais.
- KR 1.3 (Soluções Tecnológicas Complementares): Com base no histórico de iniciativas desenvolvidas no Tribunal, estabeleceu-se como meta tangível a entrega de aproximadamente 15 soluções complementares no período.

Gustavo Ibarra manifestou-se, destacando considerações técnicas e metodológicas acerca das metas e dos projetos estratégicos discutidos. Reconheceu a complexidade inerente à quantificação de determinados indicadores, avaliando de forma positiva os números e resultados apresentados pelas áreas. Propôs a realização de uma ação conjunta com a equipe de mapeamento de processos para que cada projeto de automação realize um levantamento prévio do tempo estimado que era despendido manualmente em cada procedimento. Esse diagnóstico servirá como parâmetro para mensurar a efetiva economia de tempo gerada após a implantação da ferramenta tecnológica, sendo classificada como uma métrica viável e de fácil monitoramento pelo Tribunal.



A servidora Fabiana Linhares, Diretora da SGP, realizou a apresentação das ações, metas e resultados associados ao acompanhamento dos resultados-chave (KRs) da área de Gestão de Pessoas (2.1, 2.3 e 2.4):

- **Momentos de Integração Interna (KR 2.1):** Relatou o cumprimento da meta de incentivar ao menos duas ações de integração por semestre. No primeiro semestre, foram promovidas a aula de ioga no Dia da Mulher, o Encontro de Gestores e o programa Bem Cuidar, além de incentivos à prática de esportes e à realização de festas juninas. Para o segundo semestre de 2026, estão programados eventos de integração para o Dia do Servidor, as comemorações dos 45 anos do Tribunal (com lanche e integração sob análise técnica) e uma ação para o Dia das Crianças. Esta última será realizada em parceria com o Tribunal de Justiça (TJ) para atender a um pacto e programa conjunto do CNJ, estando em andamento uma pesquisa de opinião interna para mapear a quantidade de servidores interessados em trazer seus filhos.
- **Avaliações Positivas de Eventos (KR 2.3):** Para a meta de alcançar uma média de 80% de avaliações positivas nos eventos institucionais de engajamento, reconhecimento e cooperação, definiu-se a amostragem com base no Encontro de Gestores e no Dia do Servidor. O Encontro de Gestores obteve 93% de satisfação positiva. Apresentou-se um grau de confiança elevado para a avaliação do Dia do Servidor.
- **Política Institucional de Reconhecimento e Valorização (KR 2.4):** Destacou a instituição da nova política que estabelece diretrizes para os programas de valorização do Tribunal. A política orienta-se por eixos estratégicos de desempenho institucional, resultados estratégicos, cooperação intersetorial, apoio entre unidades e atuação excepcional extraordinária. Como modalidades de recompensa regulamentadas, prevê-se a concessão de folgas institucionais, certificação e menção honrosa com registro funcional, fóruns de destaque, priorização de desenvolvimento e preferência em processos de remoção. Sob as diretrizes da nova política, o programa de reconhecimento por resultados do Prêmio CNJ de Qualidade demonstrou efetividade prática ao elevar a procura de servidores por cursos de capacitação. Fabiana informou que houve ainda a atualização dos prêmios Servidor de Mérito (agora focado na premiação por antiguidade e tempo de serviço) e Servidor Cidadão (ampliado para englobar atuações em mutirões e programas de cidadania) e que novas propostas para ambos os prêmios para o exercício de 2027 estão em análise pelo comitê. Mencionou, também, o programa de reconhecimento estruturado pela TI em conformidade com o iGov do CNJ, bem como estudos preliminares para a modelagem de um Programa de Gestão Compartilhada para a Força de Trabalho focado em cooperação.

Fabiana, por fim, comentou a respeito do indicador para reduzir em 25%, até dezembro de 2026, o déficit das varas do trabalho que operam abaixo do limite mínimo de lotação paradigma. Esclareceu que a Resolução nº 219 do CNJ estabelece uma variação de -1 a +1 servidor por unidade, de modo que os esforços de lotação estavam priorizados nas varas que operam com déficit de -2 servidores ou mais. Informou-se que, diante da surpresa altamente favorável da concessão de 18 novos cargos pelo CSJT, o Tribunal passou a contar com elevado grau de confiança no cumprimento integral dessa meta de redução de déficit nas unidades judiciárias até o encerramento do ano.

A servidora Tamilly Viríssimo, Coordenadora da Coordenadoria de Projetos Estratégicos e Inovação - INOVA, apresentou o detalhamento das ações de sensibilização e capacitação planejadas para as áreas de acessibilidade, equidade e



sustentabilidade, apontando as estratégias em desenvolvimento e as fragilidades de engajamento observadas:

Informou que a primeira etapa do resultado-chave (KR) já se encontra plenamente atendida por meio do planejamento de eventos estruturados em conjunto com a equipe da Escola Judicial, obedecendo ao seguinte cronograma de execução:

- Acessibilidade: Evento técnico programado para o mês de setembro;
- Equidade: Eventos programados para os meses de setembro, outubro e novembro, elaborados com a participação ativa e direcionamento do Comitê de Equidade;
- Sustentabilidade: Evento programado para o mês de outubro.

Quanto ao Desafio de Engajamento e Mobilização (Segunda Rodada), destacou que essa segunda etapa de ações é a mais desafiadora, consistindo no objetivo de engajar 100% dos magistrados e gestores para que mobilizem suas respectivas equipes a participarem dos treinamentos. Registrou como ponto crítico o fato de as capacitações sobre essas temáticas não estarem formalmente previstas dentro da atividade-fim dos servidores e que diante da elevada carga de trabalho ordinária das unidades, observa-se uma tendência de desmobilização das equipes por parte dos próprios gestores, que priorizam a execução das demandas processuais correntes. Por fim, informou que, concluída a primeira fase de planejamento, as próximas iniciativas serão implementadas de forma integrada entre a Escola Judicial, o Subcomitê de Acessibilidade, o Comitê de Equidade e o Comitê de Sustentabilidade.

#### **IV. PROJETOS**

##### **EQUALIZAÇÃO**

Gustavo Ibarra apresentou o relatório de desempenho do sistema de equalização processual, instituído em 1º de julho de 2026, com dados compilados até o dia 25 de agosto do mesmo ano, correspondendo a seis ciclos semanais de operação:

- Volume de Distribuição e Redistribuição: No período avaliado, ingressaram no Tribunal 19.720 processos, dos quais 1.359 (cerca de 7%) foram destinados ao sistema de equalização. O índice revelou-se altamente favorável, uma vez que as estimativas iniciais previam a necessidade de movimentar até 13% do volume total para obter o equilíbrio da carga de trabalho.
- Impacto na Carga de Trabalho dos Magistrados: Registrou-se uma redução de 50% no coeficiente de variação da dispersão em relação à média de processos por magistrado. Sem a equalização, a amplitude de distribuição variaria de 82 a 514 processos por magistrado (uma diferença de 6,3 vezes). Com o sistema, a média fixou-se em 196 processos (divididos entre os 101 magistrados considerados), estreitando a amplitude para o intervalo de 122 a 312 processos (diferença reduzida para 2,5 vezes). A distância média de processos por magistrado em relação à média geral caiu de 144 para 47 processos.
- Impacto no Volume por Unidade Judiciária: Verificou-se uma redução de 24,1% na desigualdade do volume processual entre as unidades. No cenário sem equalização, a variação situar-se-ia entre 139 e 734 processos (amplitude de 5,3 vezes). Com a equalização, o intervalo foi ajustado para o mínimo de 190 e o máximo de 501 processos por unidade (amplitude reduzida para 2,6 vezes). A distância média das unidades em relação à média geral foi reduzida de 200 para 44-45 processos.
- Análise por Grupos de Unidades (Cedentes, Neutras e Destinatárias):



- Unidades Cedentes: Sem a equalização, as 16 unidades cedentes trabalhavam com um acumulado de 7.116 processos (média de 444 por unidade e 284 por magistrado). Com o sistema, o volume real fixou-se em 5.765 processos (média de 360 por unidade e 230 por magistrado). Como destaques individuais, a Vara de Itapema reduziu seu ingresso de 367 para 250 processos, e a de São Miguel reduziu de 514 para 312 processos. São Miguel permaneceu fechada para distribuição em 4 períodos e aberta em apenas 1, fechando imediatamente ao atingir o limite de 15%. A Vara de Joinville operou no limite excedente, permanecendo fechada por 1 semana e aberta por 3 semanas, oscilando próxima ao limite da média.
- Unidades Destinatárias: Atingiram uma média de 185 processos por magistrado no período, aproximando-se do cenário sem equalização, cuja média estimada era de 139 processos.
- Unidades Neutras: Registraram média de 187 processos por magistrado, demonstrando equilíbrio em relação ao grupo das destinatárias.
- Tratamento de Prevenções de Competência: Registrou-se que, do total de 1.351 processos cedidos para equalização, as destinatárias absorveram 1.349, restando 2 processos. Esses casos residuais decorreram da extensão das regras de prevenção de competência para o âmbito estadual no PJe, o que direcionou tais ações a unidades classificadas como neutras fora do foro original.
- Avaliação Operacional e Suporte: O servidor Diego Santos (CAOPje) informou que o suporte operacional encontra-se estabilizado e que as inconsistências e as movimentações indevidas das primeiras três semanas foram devidamente corrigidas. Destacou o baixo índice de erro por parte dos advogados no protocolo em jurisdições ampliadas, registrando-se menos de 9 ocorrências em um universo de 17.000 distribuições. Relatou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), representada pela Dra. Rejane, manifestou-se formalmente indicando a ausência de qualquer reclamação por parte da advocacia quanto ao sistema. No ciclo semanal vigente, informou que apenas a unidade de São Miguel permaneceu fechada, de modo que as 18 varas destinatárias receberam redistribuições exclusivas desta unidade.
- Diretrizes de Cooperação Intersetorial: A Presidência ressaltou o espírito de cooperação voluntária entre as secretarias, com destaque para a atuação das equipes da SETIC — nominalmente os servidores Alexandre Dias e Cláudio Parente no desenvolvimento e sustentação dos robôs —, bem como o apoio da Corregedoria (servidora Suzi), da Distribuição (servidor Cláudio Hecker) e do Protocolo (servidores Lopes e Jefferson).
- Encaminhamentos: Deliberou-se pela possibilidade de realizar reuniões de esclarecimento (Papo Cor) com os diretores de secretaria para sanar dúvidas recorrentes e, futuramente, estudar a redução dos ciclos de equalização para prazos inferiores a uma semana, mitigando a previsibilidade do fechamento de varas para o público externo.

#### NÚCLEO DE APOIO AO PRIMEIRO GRAU

O juiz coordenador do Núcleo de Justiça 4.0 de Cooperação Judiciária de 1º Grau, Dr. João Carlos Trois Scalco, apresentou as diretrizes operacionais, a capacidade instalada e as projeções para o funcionamento prático do Núcleo, concebido de forma complementar à Equalização com foco na redução do passivo processual represado (resíduo):



- **Capacidade e Estrutura Operacional:** O Núcleo abrange 46 unidades judiciárias vinculadas e projeta a realização de 500 audiências por mês. A estrutura realizará pelo menos 120 audiências de instrução por semana (média de 20 por unidade), o que equivale à força de trabalho de 6 varas físicas. Ponderou que a criação dessa estrutura pelo modelo tradicional de varas físicas exigiria a nomeação de 12 juízes e de, no mínimo, 60 servidores, ao passo que o Núcleo operará de forma virtual com apenas 6 servidores e uma diretora de secretaria.
- **Metas de Produtividade e Redução do Estoque:** Diante de um passivo estimado em 69.000 processos pendentes de solução na fase de conhecimento no estado, estima-se que o Núcleo resolva 12.000 processos em um período de 2 anos, atuando diretamente sobre o acúmulo histórico de processos de unidades críticas. Como exemplo, citou o passivo da Vara de Itapema, que oscila entre 2.000 e 3.000 processos no conhecimento, cuja meta do Núcleo é absorver e instruir o volume que exceder o patamar limite de 1.000 processos.
- **Fluxo de Trabalho e Pautas de Audiência:** O projeto-piloto iniciou as atividades de instrução em 11 de agosto, estando o início efetivo das pautas regulares agendado para o dia 31 de agosto. A escala prevê a atuação diária de 8 magistrados em pautas de manhã e tarde. Estabeleceu-se a diretriz de 1 audiência por processo. Eventuais adiamentos concedidos pelos magistrados deverão ser remanejados para as suas pautas próprias de origem, de modo a evitar a sobrecarga de pauta dupla dos servidores do Núcleo e resguardar a saúde mental das equipes de apoio.
- **Entrada de Processos:** O Núcleo recebeu um lote inicial de 1500 processos. As varas contempladas neste primeiro lote foram as de Itapema, Xanxerê, Concórdia, São Miguel, Navegantes, Palhoça e Joinville.
- **Canais de Atendimento e Comunicação:** Foram estruturados três canais de comunicação para suporte aos atos processuais: e-mail institucional, telefone celular da unidade e salas de contato rápido via *Google Chat*. Determinou-se que o secretário de audiência acessasse a sala de videoconferência do *Zoom* 15 minutos antes do horário agendado para prestar esclarecimentos prévios às partes e advogados.
- **Regulamentação de Perícias Judiciais:** Esclareceu-se que os assistentes do Núcleo utilizarão o cadastro e o rol de peritos credenciados junto à vara de origem de onde provém o processo, respeitando as condições de deslocamento local para a realização de perícias médicas e inspeções em empresas. Reforçou-se a garantia da independência funcional dos magistrados atuantes no Núcleo para a condução de decisões de mérito e determinações de complementação pericial.
- **Redução de Adiamentos:** Como medida de otimização procedimental, o Núcleo adotará um modelo unificado de notificação de audiência composto por três páginas de orientações detalhadas, visando municiar os juízes condutores com fundamentação técnica para indeferir pedidos infundados de adiamento de atos.

#### ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SUSTENTABILIDADE (IDS)

A servidora Tamilly Viríssimo apresentou o relatório consolidado do Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS) e as metas ambientais do Tribunal:

- **Desempenho Geral e Classificação:** O Tribunal alcançou a 3ª colocação nacional entre os 24 TRTs, registrando um índice de 72,7% de aproveitamento, desempenho idêntico ao verificado no exercício de 2024. Apesar da posição de destaque no ranking, a pontuação não permitiu ao Regional ascender de faixa de pontuação no Prêmio CNJ de Qualidade, cujos limites exigem entre 75% e



80% para a concessão de 40 pontos, e acima de 80% para a obtenção de 50 pontos.

- **Evolução dos Indicadores Individuais:** Dos 14 indicadores que integram a composição do IDS do CNJ, o Regional apresentou melhoria real em 9 quesitos, estabilidade em 2 e regressão em 3 indicadores. Ressaltou-se que as flutuações de posicionamento relativo decorrem de regras de normalização estatística nacional que desconsideram o histórico evolutivo interno do Tribunal. Os principais dados apresentados indicam:
  - *Energia Elétrica:* Houve redução no consumo real decorrente da repactuação de contratos de fornecimento do Tribunal, além de melhorias no consumo de energia por metro quadrado;
  - *Consumo de Água:* Registrou-se decréscimo na pontuação relativa de consumo;
  - *Frota de Veículos:* A aquisição de novos veículos híbridos gerou impacto negativo na fórmula de cálculo per capita de usuários por veículo, muito embora o Tribunal possua uma das frotas mais modernas e sustentáveis do país;
  - *Copos Descartáveis:* Verificou-se aumento real no consumo de copos descartáveis;
  - *Custos de Transporte:* Registrou-se expressiva economia financeira por área/pessoa, sem reflexo estatístico correspondente na pontuação do IDS;
  - *Água Envasada:* O Tribunal consolidou-se como paradigma nacional ao registrar consumo zerado de água mineral em garrafas plásticas descartáveis, garantindo a pontuação integral correspondente a 6,89% do peso do IDS;
  - *Equipamentos de Impressão:* Houve uma redução de 70% o parque de impressoras do primeiro grau. Contudo, a métrica de pontuação relativa do IDS registrou piora, e o volume absoluto de páginas impressas anualmente manteve-se estável;
  - *Equidade e Representatividade de Gênero:* O Tribunal perdeu 5 pontos no indicador que mede a proporção de desembargadoras promovidas por merecimento. No quesito de servidoras ocupantes de cargos de chefia, o índice absoluto subiu de 47,84% para 48,46%, embora a normalização nacional tenha apontado decréscimo relativo de pontuação.
- **Propostas de Ação e Governança:** Detalhou-se a implantação do sistema interno Sustenta Jud, desenvolvido pela própria Coordenadoria para unificar, estruturar e auditar a coleta de dados socioambientais, eliminando inconsistências interpretativas de planilhas anteriores. Informou-se sobre o monitoramento de metas por meio de painel de Business Intelligence (BI) focado na série histórica.
- **Programa Ecoando e Descarbonização:** Destacou-se o andamento do programa Ecoando, regulamentado por portaria institucional, que abrange frentes de eficiência energética (uso racional de ar-condicionado e desligamento de equipamentos), modernização de sensores de iluminação, instalação de redutores de vazão de água e substituição de bombonas de água por filtros de pressão. O lançamento da campanha institucional de divulgação do programa contará com vídeo institucional gravado pelo Dr. Garibaldi. Paralelamente, o Tribunal conduz o Programa de Descarbonização, cuja meta é zerar as emissões líquidas de carbono do Regional até o ano de 2030.
- **Encaminhamentos:** O Tribunal formalizará manifestação e recurso administrativo perante o CNJ no prazo regulamentar para sugerir melhorias na



metodologia do IDS, com ênfase na falta de correspondência entre o Prêmio CNJ de Qualidade e o IDS.

## V. ORÇAMENTO

A parte final da reunião foi conduzida pelo Diretor da SEOF, Fernando Schlickmann Oliveira Souza, que apresentou o relatório circunstanciado sobre a execução orçamentária do Tribunal para o exercício de 2026 atualizada e as projeções e limites estabelecidos pelo CSJT para 2027:

Fernando informou que o orçamento total consolidado do Tribunal para o presente exercício está fixado em R\$1.009.882.106,00 e que a distribuição dos recursos por grupo de despesas apresenta a seguinte composição:

- Despesas com Pessoal: R\$875.662.373,00, representando o maior impacto do orçamento global (87,1%).
- Benefícios Sociais: R\$76.334.521,00 (7,4% do orçamento total).
- Manutenção Geral e Estrutura (Custeio): R\$49.517.026,00 (4,8% do orçamento total).
- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes (Peritos): R\$8.368.186,00 (0,8% do orçamento total).

Ressaltou que, em 20/08/2026, o CSJT autorizou suplementação orçamentária nos valores de R\$15.027.688,00 para Pessoal Ativo, R\$9.226.610,00 para Inativos/Pensionistas e R\$1.843.929,00 para Benefício Especial. Ainda assim, os valores autorizados não suprem o déficit projetado, que aponta R\$ 36.390.318,20 para Pessoal Ativo, R\$ 23.207.190,31 para Inativos/Pensionistas e R\$2.082.463,18 para Benefício Especial, restando um saldo negativo de R\$21.362.630,20, R\$13.980.580,31 e R\$238.534,18, respectivamente, mesmo após a suplementação concedida. Dessa forma, não está sendo possível pagar as vantagens extraordinárias, que dependem de declaração de disponibilidade orçamentária, como férias indenizadas, licenças-prêmio indenizadas e folgas compensatórias. Não estão sendo pagos passivos por dependerem de autorização expressa do Conselho.

Explicou que o montante de R\$ 76 milhões, destinado aos benefícios sociais, está subdividido nas seguintes rubricas:

- Assistência Médica e Odontológica (Auxílio-Saúde): R\$36.514.296,00, compreende o reembolso de planos de saúde, exames periódicos, vacinas e manutenção da área de saúde.
- Auxílio-Alimentação: R\$35.203.038.
- Assistência Pré-Escolar: R\$4.152.187,00 (com valor per capita atualizado no início do ano para R\$1.288,47).
- Auxílio-Funeral e Natalidade: R\$450.000,00 (sendo que R\$183.712,80 já foram efetivamente executados, estando o saldo remanescente sujeito a remanejamento interno).
- Auxílio-Transporte: R\$15.000,00 (atendendo a apenas dois beneficiários ativos no Tribunal).



Na ocasião, debateram-se as dificuldades administrativas e operacionais para a implementação das novas diretrizes do Auxílio-Saúde, que passam a separar os limites e regras de magistrados e servidores. A medida exige uma readequação complexa na folha de pagamento, com efeitos retroativos a 1º de julho. O valor de ressarcimento per capita para servidores sofreu um reajuste de pouco mais de 10%, saltando de R\$546,00 para R\$602,78. Para os magistrados, o teto passa a ser calculado de forma proporcional sobre o subsídio. Registrou-se, ainda, que o saldo positivo verificado no auxílio-alimentação não pode ser transposto para cobrir déficits no auxílio-saúde por vedação regulamentar das rubricas. O Tribunal já alimentou os sistemas do CSJT com as projeções reais para garantir a suplementação de saúde até o fim do exercício.

Em relação à Assistência Jurídica (perícias), Fernando informou acerca da existência de um déficit crítico em torno de R\$6.000.000,00. Mencionou que o orçamento aprovado para o ano (R\$8.368.286,00) esgotou-se no mês de agosto devido ao aumento imprevisto de 50% no valor dos honorários periciais ocorrido no início do ano, cuja despesa não estava provisionada, sendo que o O Tribunal formalizou pedido de suplementação de urgência ao CSJT na última segunda-feira.

Na Manutenção Geral, evidenciou o déficit de R\$1.100.000,00, cujo valor foi incluído no pedido de crédito suplementar encaminhado nesta semana e, que caso o Conselho não conceda o aporte, a Administração precisará realizar cortes de despesas lineares nas 16 áreas gestoras para assegurar o fechamento das contas. Informou que foi solicitado, sem garantia de atendimento, verba complementar para a aquisição de novos equipamentos de informática.

Comentou a respeito do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI Nº 56/2026, recebido em julho p.p. pelo Tribunal, estabelecendo os limites preliminares para a elaboração da proposta orçamentária de 2027:

- **Pessoal:** A projeção baseou-se na folha de março de 2026 estendida para 12 meses, acrescida de 13º salário, 1/3 de férias, crescimento vegetativo de 1% (progressões e adicionais de qualificação) e ajustes da folha de junho. O cálculo já absorve o impacto financeiro da primeira parcela do reajuste salarial concedido à categoria.
- **Benefícios:** Provisionamento calculado sobre o quantitativo de servidores, mantendo o auxílio-saúde no patamar de R\$602,00. Todavia, o CSJT autorizou preliminarmente a dotação de apenas 50% do valor estimado para dependentes de servidores, informando que a parcela remanescente ficará retida e sob a gestão centralizada do próprio Conselho. Esse corte técnico gerou uma redução temporária de 29% na dotação de assistência médica para o próximo ano.
- **Manutenção Geral (Custeio das Unidades):** O reajuste do limite de custeio predial e operacional foi limitado estritamente à variação do IPCA acumulado de 4,64% nos últimos 12 meses. Fernando alertou que o índice é extremamente restritivo, inviabilizando que o Tribunal promova ampliações ou melhorias estruturais significativas em 2027 com recursos próprios.
- **Projetos (Nova Sede):** Garantiu-se o provisionamento de R\$2.800.000,00 na proposta de 2027 para fazer frente às despesas do projeto da nova sede do Tribunal. Ressaltou-se que esses recursos possuem destinação exclusiva,



devendo ser devolvidos ao CSJT para remanejamento a outros tribunais caso não sejam executados.

### **Encerramento**

Após as manifestações técnicas, os presentes parabenizaram o servidor Fernando pela clareza em sua primeira exposição de dados orçamentários do Tribunal.

O Diretor da SEGEST e a Presidente do Tribunal realizaram os agradecimentos finais, ressaltando o esforço hercúleo de todas as equipes no cumprimento das metas do primeiro semestre.

A Presidente externou sua satisfação com a densidade dos debates e o alinhamento coordenado das ações estratégicas, conclamando todos a manterem a excelente energia de trabalho rumo às entregas de fim de ano. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por encerrada, lavrando-se a presente ata.

### **FECHAMENTO DA ATA**

| RESPONSÁVEL                   | CONTATO |
|-------------------------------|---------|
| Haroldo José Brandão de Sousa | R: 4178 |

# 2ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

---

## 2026



ALINHAR



ANALISAR



AVALIAR



PLANEJAR



# 2ª RAE PAUTA



## 1. Metas e dados Estatísticos

- Metas 2026 – resultados parciais
- Dados Estatísticos Relevantes



## 2. Prêmio CNJ de Qualidade



## 3. Conexão Estratégica



## 4. Projetos

- Equalização
- IDS
- Política de Reconhecimento
- Núcleo de 1º Grau



## 5. Orçamento



# Metas Estratégicas & Dados Estatísticos



Metas 2026 – resultados parciais



Dados Estatísticos Relevantes



ALINHAR



ANALISAR



AVALIAR



PLANEJAR





# METAS 2026



## METAS NACIONAIS CNJ

- 1 Julgar mais processos que os distribuídos
- 2 Julgar processos mais antigos
- 3 Estimular a conciliação
- 5 Reduzir a taxa de congestionamento
- 9 Estimular a inovação no Poder Judiciário

### METAS ESPECÍFICAS CNJ

- **Meta Específica 1** – Promover a saúde de magistrados e servidores
- **Meta Específica 2** – Aumentar o índice de Promoção da Equidade Racial (IPER) em 5% em relação ao desempenho de 2025, ou alcançar, no mínimo, 50% da pontuação geral do iPER.
- **Meta Específica 3** – Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais.
- **Meta Específica 4** – 1. Implantar, em cada estado, Comitê Executivo Estadual composto por representantes de cada um dos ramos do Poder Judiciário, conforme previsto no art. 7º da Resolução CNJ nº 350/2020.  
2. Celebrar pelo menos 1 (um) acordo com instituições parceiras para a prevenção e a resolução consensual de litígios.
- **Meta Específica 5** – Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação atinente ao programa, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.



## METAS DA JT

- **IAIC** – Índice de Ações Integradas de Comunicação Social
- **IDMI** – Índice de Divulgação de Memória Institucional
- **IDTD** – Índice de Desempenho do Trabalho Decente
- **IEAMGP** – Índice de efetividade das ações de melhoria da governança pública
- **IAPEX** – Índice de Aderência do Planejamento da Execução Orçamentária
- **IAPEP** – Índice de Aderência do Planejamento da Execução Orçamentária de Projetos
- **ICLC200** – Índice de cumprimento da Lei Complementar nº 200/23
- **IEPEVAD** – Índice de Efetividade da prevenção e do enfrentamento da violência, do assédio e da discriminação
- **ICPPDU** – Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários



## METAS DO TRT12



Juízo 100% Digital



Índice de Atendimento à Demanda

Quadro Geral

Meta 1 - Conhecimento

Meta 2 - Processos Antigos

Meta 3 - Conciliações

Meta 5 - Congestionamento

IEESO

Meta IAD

Meta Juízo 100% Digital

## Meta 1 - Conhecimento

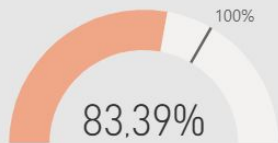
Índice de processos julgados

83,39%

Meta 100%

Cláusula de barreira TCL Con < 40%

Cumprimento da meta



Cumprimento por Unidade



## Meta 2 - Processos Antigos

IPA - autuados até 2021

80,77%

Meta 99%

Autuados até 2021



IPA - autuados até 2024

98,24%

Meta 94%

Autuados até 2024



Cumprimento por Unidade



## Meta 3 - Conciliações

Índice de conciliação

48,07%

Meta 52,30%

Cláusula de barreira ≥ 38%

Cumprimento da meta



Cumprimento por Unidade



## Meta 5 - Congestionamento

Taxa de Congest. Lq.

38,57%

Meta 34,34%

CB Con ≤ 40% e Exe ≤ 45%

Cumprimento da meta



Cumprimento por Unidade



## IEESO

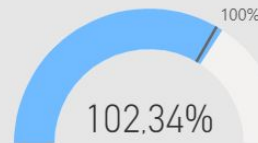
Índice de Execuções Extintas por Satisfação de Obrigação

91,73%

Meta: 89,64%

Cláusula de barreira ≥ 80%

Cumprimento da meta



Cumprimento por Unidade



■ Meta atingida pelo grau de cumprimento

■ Meta atingida pela cláusula de barreira

■ Meta não atingida

Tabela de Índices

Lista de processos pendentes

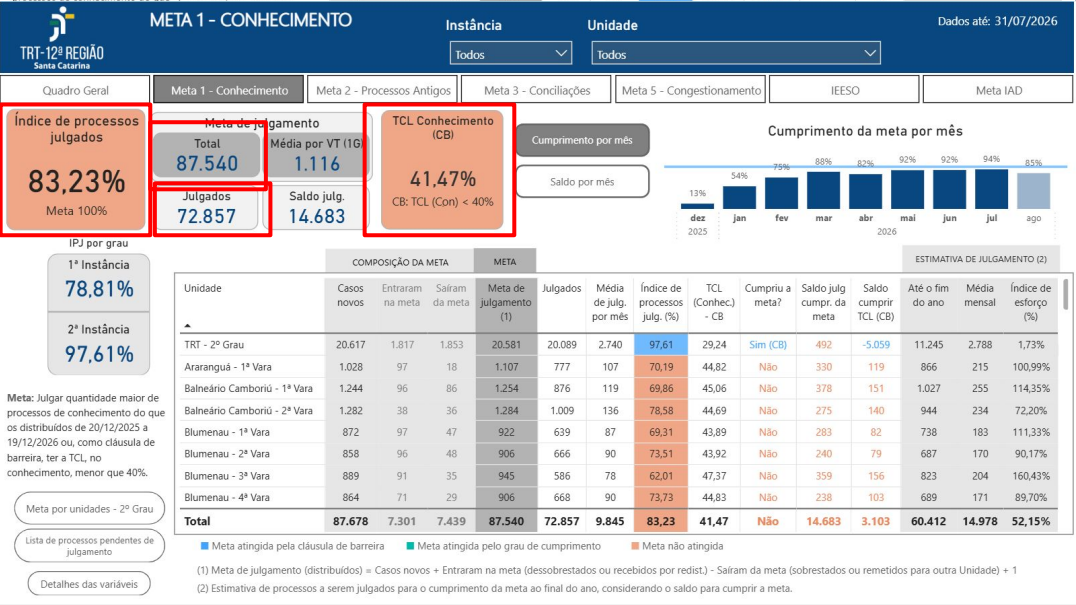
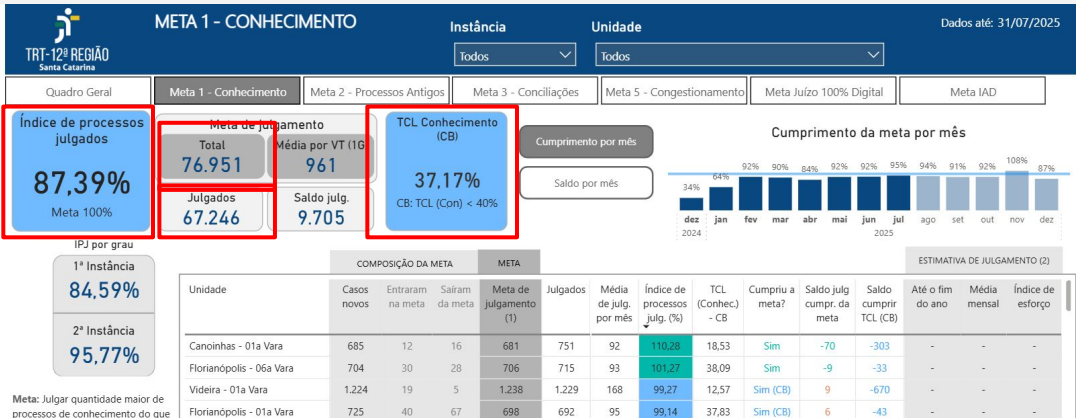
Pendentes de julgamento

Pendentes de baixa



Metas Estratégicas

Meta 1



Meta por unidades - 2º Grau

Lista de processos pendentes de julgamento

Detalhes das variáveis

(1) Meta de julgamento (distribuídos) = Casos novos + Entraram na meta (dessobrestados ou recebidos por redist.) - Saíram da meta (sobrestados ou remetidos para outra Unidade) + 1

(2) Estimativa de processos a serem julgados para o cumprimento da meta ao final do ano, considerando o saldo para cumprir a meta.

# Metas Estratégicas

## Meta 1

| TRT - UF          | IPJ          | Processos Distribuídos | Processos Julgados | Saldo          | Cláusula de Barreira | Suspensos     | Dessobrestados |
|-------------------|--------------|------------------------|--------------------|----------------|----------------------|---------------|----------------|
| 11ª - AM e RR     | 93,2%        | 36.008                 | 33.573             | 2.435          | 39,31%               | 6.152         | 7.267          |
| 03ª - MG          | 92,9%        | 207.156                | 192.378            | 14.778         | 41,85%               | 2.832         | 6.167          |
| 13ª - PB          | 92,2%        | 30.530                 | 28.148             | 2.382          | 38,30%               | 620           | 1.121          |
| 21ª - RN          | 91,8%        | 27.141                 | 24.923             | 2.218          | 39,99%               | 552           | 1.310          |
| 01ª - RJ          | 91,3%        | 225.340                | 205.636            | 19.704         | 58,84%               | 3.534         | 11.482         |
| 10ª - DF e TO     | 91,0%        | 57.480                 | 52.318             | 5.162          | 50,46%               | 863           | 2.388          |
| 07ª - CE          | 90,2%        | 54.419                 | 49.107             | 5.312          | 46,96%               | 4.263         | 6.978          |
| 08ª - AP e PA     | 89,6%        | 58.498                 | 52.437             | 6.061          | 40,47%               | 2.529         | 3.423          |
| 14ª - AC e RO     | 89,6%        | 19.196                 | 17.191             | 2.005          | 34,97%               | 426           | 596            |
| 02ª - SP          | 89,5%        | 422.582                | 378.180            | 44.402         | 45,72%               | 8.627         | 19.711         |
| 06ª - PE          | 89,2%        | 80.969                 | 72.184             | 8.785          | 45,51%               | 910           | 2.532          |
| 17ª - ES          | 88,8%        | 39.058                 | 34.684             | 4.374          | 51,23%               | 717           | 1.597          |
| 19ª - AL          | 87,8%        | 20.446                 | 17.943             | 2.503          | 41,79%               | 2.858         | 2.639          |
| 04ª - RS          | 86,6%        | 154.288                | 133.654            | 20.634         | 60,47%               | 3.076         | 7.009          |
| 20ª - SE          | 85,3%        | 19.361                 | 16.516             | 2.845          | 46,56%               | 437           | 1.446          |
| 05ª - BA          | 84,8%        | 97.583                 | 82.777             | 14.806         | 57,52%               | 2.940         | 6.175          |
| 18ª - GO          | 84,7%        | 83.333                 | 70.544             | 12.789         | 45,71%               | 1.497         | 3.883          |
| 16ª - MA          | 83,8%        | 25.539                 | 21.411             | 4.128          | 55,96%               | 696           | 1.960          |
| 12ª - SC          | 83,3%        | 87.412                 | 72.845             | 14.567         | 54,98%               | 1.515         | 2.741          |
| 22ª - PI          | 83,3%        | 19.254                 | 16.029             | 3.225          | 41,79%               | 1.213         | 2.382          |
| 23ª - MT          | 83,1%        | 36.357                 | 30.225             | 6.132          | 48,39%               | 1.583         | 2.453          |
| 15ª - Campinas/SP | 81,7%        | 292.582                | 239.128            | 53.454         | 62,16%               | 7.280         | 16.722         |
| 09ª - PR          | 79,6%        | 133.959                | 106.626            | 27.333         | 50,43%               | 13.130        | 20.576         |
| 24ª - MS          | 74,4%        | 34.192                 | 25.444             | 8.748          | 51,64%               | 3.675         | 7.192          |
| <b>Total</b>      | <b>87,2%</b> | <b>2.262.683</b>       | <b>1.973.901</b>   | <b>288.782</b> | <b>51,92%</b>        | <b>71.925</b> | <b>139.750</b> |

Metas Estratégicas

PROCESSOS ANTIGOS

Instância

Unidade

Dados até: 20/08/2026

Todos

Todos

Metas 2 - Parte 1

Meta 1 - Conhecimento

Meta 2 - Processos Antigos

Meta 3 - Conciliações

Meta 5 - Congestionamento

IEESO

Meta IAD

Processos autuados até:

2021

2024

IPA - autuados até 2024

98,24%  
Meta 94%

Cumprimento - autuados até 2024

104,51%  
Meta 100%

Cumpriu meta 2021?

Não

Cumpriu meta 2024?

Sim

Meta de julgamento

47.889

Julgados  
47.048

Saldo da meta  
-2.033

Processos antigos pendentes de julgamento líquidos

Palhoça - 1ª ...  
155

Chapecó - 1ª V...  
95  
Xanxerê - 1ª V...

Itajaí - 3ª...  
59  
TRT - 2º ...  
57

Itape...  
44  
Chap...  
43

São J...  
Itajaí ...  
Blum...

Flor...  
Joi...  
Blum...

IPA por grau

1ª Instância

98.13%

2ª Instância

99.03%

Meta:

Parte 1: Julgar, até 31/12/2026, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024.

Parte 2: Julgar, até 31/12/2026, 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais

Meta por unidades - 2º Grau

Lista de processos pendentes



Detalhes das variáveis

COMPOSIÇÃO DA META

| Unidade                      | Acervo da meta | Suspensos | Dessobr. | Meta de julg. | Julgados | % de julgamento (IPA) | % de cumpr. | Saldo para cumpr. da meta | Cumpriu a meta do ano selecionado? | Cumpriu integralmente a meta 2? | Acervo pend. de julg. líquidos atual |
|------------------------------|----------------|-----------|----------|---------------|----------|-----------------------|-------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| TRT - 2º Grau                | 49             | 9         | 1        | 39            | 33       | 84,62                 | 85,47       | 6                         | Não                                | Não                             | 6                                    |
| Blumenau - 3ª Vara           | 5              | 4         |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Criciúma - 1ª Vara           | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Joinville - 1ª Vara          | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Joinville - 2ª Vara          | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Araranguá - 1ª Vara          | 1              | 1         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Balneário Camboriú - 1ª Vara |                |           |          |               |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Balneário Camboriú - 2ª Vara | 1              | 1         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Blumenau - 1ª Vara           | 4              | 4         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Blumenau - 2ª Vara           |                |           |          |               |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Total                        | 119            | 63        | 4        | 52            | 42       | 80,77                 | 81,59       | 10                        | Não                                | Não                             | 10                                   |

Meta atingida

Meta não atingida

# Metas Estratégicas

## PROCESSOS ANTIGOS

Instância

Unidade

Dados até: 20/08/2026

Todos

Todos

### Meta 2 - Parte 2

Meta 1 - Conhecimento

Meta 2 - Processos Antigos

Meta 3 - Conciliações

Meta 5 - Congestionamento

IEESO

Meta IAD

Processos autuados até:

2021

2024

IPA - autuados até 2021

80,77%

Meta 99%

Cumprimento - autuados até 2021

81,59%

Meta 100%

Cumpriu meta 2021?

Não

Cumpriu meta 2024?

Sim

Meta de julgamento

52

Julgados

42

Saldo da meta

10

Processos antigos pendentes de julgamento líquidos

TRT - 2º Grau

6

Blumenau - 3ª ...

1

Joinville - 1ª V...

1

Criciúma - 1ª ...

1

Joinville - 2ª V...

1

IPA por grau

1ª Instância

69.23%

2ª Instância

84.62%

Meta:

Parte 1: Julgar, até 31/12/2026, pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2024.

Parte 2: Julgar, até 31/12/2026, 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2021) ou mais

Meta por unidades - 2º Grau

Lista de processos pendentes

Detalhes das variáveis

Meta atingida

Meta não atingida

### COMPOSIÇÃO DA META

| Unidade                      | Acervo da meta | Suspensos | Dessobr. | Meta de julg. | Julgados | % de julgamento (IPA) | % de cumpr. | Saldo para cumpr. da meta | Cumpriu a meta do ano selecionado? | Cumpriu integralmente a meta 2? | Acervo pend. de julg. líquidos atual |
|------------------------------|----------------|-----------|----------|---------------|----------|-----------------------|-------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|
| TRT - 2º Grau                | 49             | 9         | 1        | 39            | 33       | 84,62                 | 85,47       | 6                         | Não                                | Não                             | 6                                    |
| Blumenau - 3ª Vara           | 5              | 4         |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Criciúma - 1ª Vara           | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Joinville - 1ª Vara          | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Joinville - 2ª Vara          | 1              |           |          | 1             |          | 0,00                  | 0,00        | 1                         | Não                                | Não                             | 1                                    |
| Araranguá - 1ª Vara          | 1              | 1         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Balneário Camboriú - 1ª Vara |                |           |          |               |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Balneário Camboriú - 2ª Vara | 1              | 1         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Blumenau - 1ª Vara           | 4              | 4         |          | 0             |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Blumenau - 2ª Vara           |                |           |          |               |          | 100,00                | 101,01      | 0                         | Sim                                | Sim                             | 0                                    |
| Total                        | 119            | 63        | 4        | 52            | 42       | 80,77                 | 81,59       | 10                        | Não                                | Não                             | 10                                   |

Metas Estratégicas

NCILIAÇÕES

Instância

Unidade

Dados até: 20/08/2026

Todos

Todos

Meta 3

Meta 1 - Conhecimento

Meta 2 - Processos Antigos

Meta 3 - Conciliações

Meta 5 - Congestionamento

IEESO

Meta IAD

Índice de conciliação

48,07%

Meta 52,30%  
Cláusula de barreira ≥ 38%

Cumprimento da meta

91,92%

Meta 100%

Processos solucionados

52.974

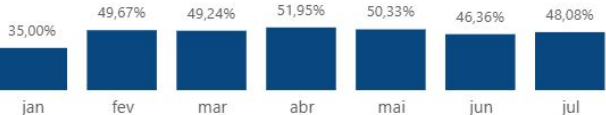
Processos conciliados

25.466

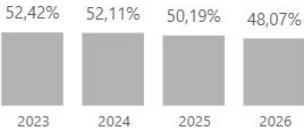
IC por mês

Solucionados x Conciliados

Índice de conciliação por mês



Série histórica do IC



**Meta:** Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual à média do biênio 2023/2024 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Estão excluídas dos cálculos da meta as classes Alvará Judicial (Lei 6858/80), Habeas Data Cível, Habeas Corpus Cível, Mandado de Segurança Cível, Mandado de Segurança Coletivo, Produção Antecipada da Prova, Notificação, Interpelação e Protesto.

Detalhes das variáveis

| Unidade                      | Conciliados | Solucionados | Alvo da meta (%) | Índice de conciliação (%) - CB | Grau de cumprimento (%) | Saldo | Cumpriu a meta? |
|------------------------------|-------------|--------------|------------------|--------------------------------|-------------------------|-------|-----------------|
| Araranguá - 1ª Vara          | 420         | 798          | 52,60            | 52,63                          | 100,06                  | 0     | Sim             |
| Balneário Camboriú - 1ª Vara | 445         | 877          | 52,47            | 50,74                          | 96,70                   | 15    | Sim (CB)        |
| Balneário Camboriú - 2ª Vara | 438         | 997          | 48,54            | 43,93                          | 90,51                   | 46    | Sim (CB)        |
| Blumenau - 1ª Vara           | 305         | 672          | 46,07            | 45,39                          | 98,51                   | 5     | Sim (CB)        |
| Blumenau - 2ª Vara           | 398         | 674          | 51,07            | 59,05                          | 115,62                  | -54   | Sim             |
| Blumenau - 3ª Vara           | 330         | 587          | 45,42            | 56,22                          | 123,77                  | -63   | Sim             |
| Blumenau - 4ª Vara           | 337         | 696          | 42,56            | 48,42                          | 113,77                  | -41   | Sim             |
| Brusque - 1ª Vara            | 378         | 632          | 60,99            | 59,81                          | 98,06                   | 7     | Sim (CB)        |
| Brusque - 2ª Vara            | 344         | 684          | 43,72            | 50,29                          | 115,04                  | -45   | Sim             |
| Total                        | 25.466      | 52.974       | 52,30            | 48,07                          | 91,92                   | 2.240 | Sim (CB)        |

■ Meta atingida pela cláusula de barreira

■ Meta atingida pelo grau de cumprimento

■ Meta não atingida

# Metas Estratégicas

## Meta 3

| TRT - UF          | Processos Solucionados | Processos Solucionados por Conciliação | Índice de Conciliação | Meta de Conciliação |
|-------------------|------------------------|----------------------------------------|-----------------------|---------------------|
| 09ª - PR          | 68.589                 | 35.801                                 | 52,20%                | 54,07%              |
| 23ª - MT          | 20.008                 | 10.415                                 | 52,05%                | 49,30%              |
| 24ª - MS          | 17.046                 | 8.839                                  | 51,85%                | 53,66%              |
| 19ª - AL          | 11.190                 | 5.562                                  | 49,71%                | 53,02%              |
| 12ª - SC          | 47.959                 | 23.185                                 | 48,34%                | 52,75%              |
| 18ª - GO          | 44.821                 | 20.953                                 | 46,75%                | 52,33%              |
| 06ª - PE          | 44.624                 | 20.810                                 | 46,63%                | 49,88%              |
| 08ª - AP e PA     | 30.473                 | 13.715                                 | 45,01%                | 44,76%              |
| 02ª - SP          | 216.700                | 96.338                                 | 44,46%                | 47,08%              |
| 04ª - RS          | 80.448                 | 34.230                                 | 42,55%                | 44,34%              |
| 15ª - Campinas/SP | 150.625                | 63.394                                 | 42,09%                | 43,50%              |
| 11ª - AM e RR     | 18.907                 | 7.808                                  | 41,30%                | 43,59%              |
| 07ª - CE          | 26.718                 | 10.900                                 | 40,80%                | 41,37%              |
| 16ª - MA          | 13.042                 | 5.289                                  | 40,55%                | 41,93%              |
| 03ª - MG          | 108.965                | 43.997                                 | 40,38%                | 42,80%              |
| 14ª - AC e RO     | 10.259                 | 3.933                                  | 38,34%                | 42,76%              |
| 01ª - RJ          | 109.899                | 40.212                                 | 36,59%                | 36,83%              |
| 22ª - PI          | 9.427                  | 3.410                                  | 36,17%                | 37,16%              |
| 21ª - RN          | 14.476                 | 5.183                                  | 35,80%                | 38,30%              |
| 10ª - DF e TO     | 27.383                 | 9.468                                  | 34,58%                | 38,93%              |
| 05ª - BA          | 45.024                 | 15.111                                 | 33,56%                | 32,35%              |
| 20ª - SE          | 9.805                  | 3.127                                  | 31,89%                | 28,54%              |
| 13ª - PB          | 15.759                 | 4.710                                  | 29,89%                | 34,08%              |
| 17ª - ES          | 17.961                 | 5.158                                  | 28,72%                | 31,52%              |
| <b>Total</b>      | <b>1.160.108</b>       | <b>491.548</b>                         | <b>42,37%</b>         | <b>44,21%</b>       |

Metas Estratégicas

GESTIONAMENTO

Instância

Unidade

Dados até: 20/08/2026

Meta 5

Meta 1 - Conhecimento

Meta 2 - Processos Antigos

Meta 3 - Conciliações

Meta 5 - Congestionamento

IEESO

Meta IAD

Fase:

Conhecimento

Execução

TCL

38,57%

Meta 34,34%

TCL - Conhecimento

41,99%

CB ≤ 40%

TCL - Execução

31,01%

CB ≤ 45%

Cumprimento da meta

89,03%

Meta 100%

Baixados

189.831

Pend. de Baixa

173.201

Baixados 2025

189.831

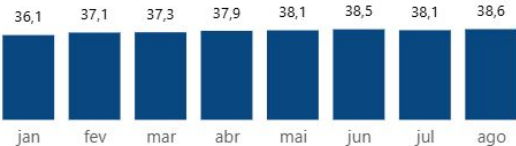
Pend. de baixa 2025

155.776

TCL por mês

Baixados por mês

Taxa de Congestionamento Líquido por mês



TCL por grau

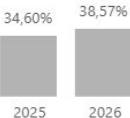
1ª Instância

40,07%

2ª Instância

30,26%

Série histórica da TCL



**Meta:** Reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2025, ou ter as taxas de congestionamento líquida, no conhecimento, menor ou igual a 40% e, na execução, menor ou igual a 45%, condições estas definidas como cláusula de barreira (CB).

Meta por unidades - 2º Grau

Lista de processos pendentes de baixa

Detalhes das variáveis

| Unidade                  | Baixados últ. 12 meses | Pendentes de baixa | Suspensos | Alvo da meta (%) | Taxa de Congest. Líq. (%) - CB | Grau de cumprimento (%) | Saldo  | Cumpriu a meta? |
|--------------------------|------------------------|--------------------|-----------|------------------|--------------------------------|-------------------------|--------|-----------------|
| TRT - 2º Grau            | 32.997                 | 17.011             | 2.693     | 28,62            | 30,26                          | 94,58                   | 777    | Sim (CB)        |
| Blumenau - 1ª Vara       | 2.166                  | 3.107              | 1.565     | 33,86            | 41,58                          | 81,43                   | 287    | Não             |
| Criciúma - 2ª Vara       | 2.472                  | 3.641              | 1.468     | 40,85            | 46,78                          | 87,32                   | 276    | Não             |
| Blumenau - 2ª Vara       | 2.346                  | 2.917              | 1.376     | 35,28            | 39,64                          | 89,00                   | 170    | Não             |
| Florianópolis - 6ª Vara  | 1.974                  | 2.818              | 1.359     | 38,77            | 42,49                          | 91,24                   | 129    | Não             |
| Blumenau - 3ª Vara       | 1.810                  | 3.313              | 1.302     | 45,80            | 52,63                          | 87,02                   | 261    | Não             |
| Jaraguá do Sul - 2ª Vara | 3.196                  | 2.867              | 1.262     | 28,78            | 33,43                          | 86,09                   | 224    | Sim (CB)        |
| Blumenau - 4ª Vara       | 2.130                  | 2.795              | 1.252     | 37,76            | 42,00                          | 89,90                   | 157    | Não             |
| Jaraguá do Sul - 1ª Vara | 2.824                  | 2.873              | 1.252     | 30,66            | 36,46                          | 84,09                   | 259    | Não             |
| Total                    | 189.831                | 173.201            | 53.981    | 34,34            | 38,57                          | 89,03                   | 13.092 | Não             |

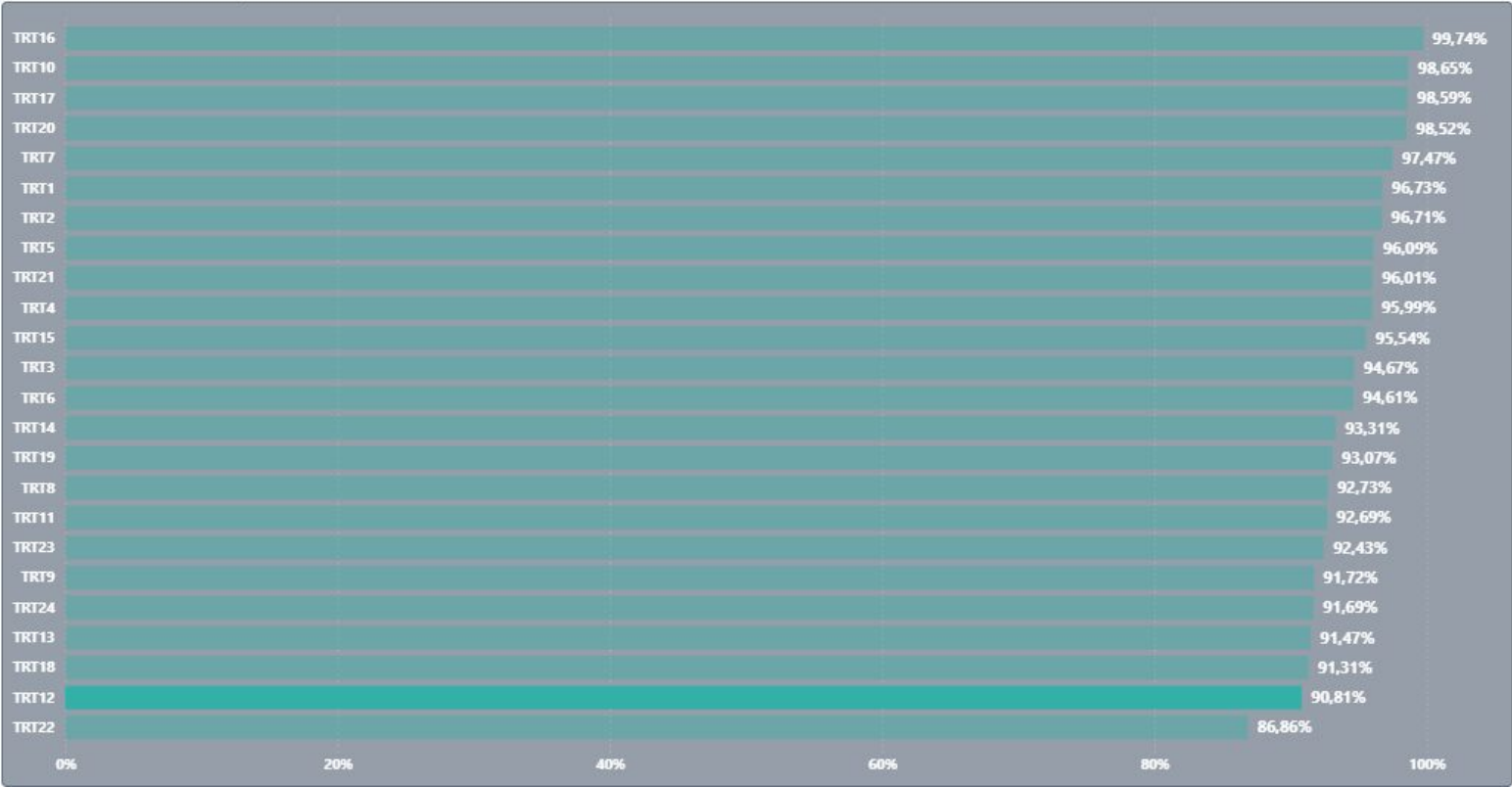
Meta atingida pela cláusula de barreira

Meta atingida pelo grau de cumprimento

Meta não atingida

# Metas Estratégicas

## Meta 5



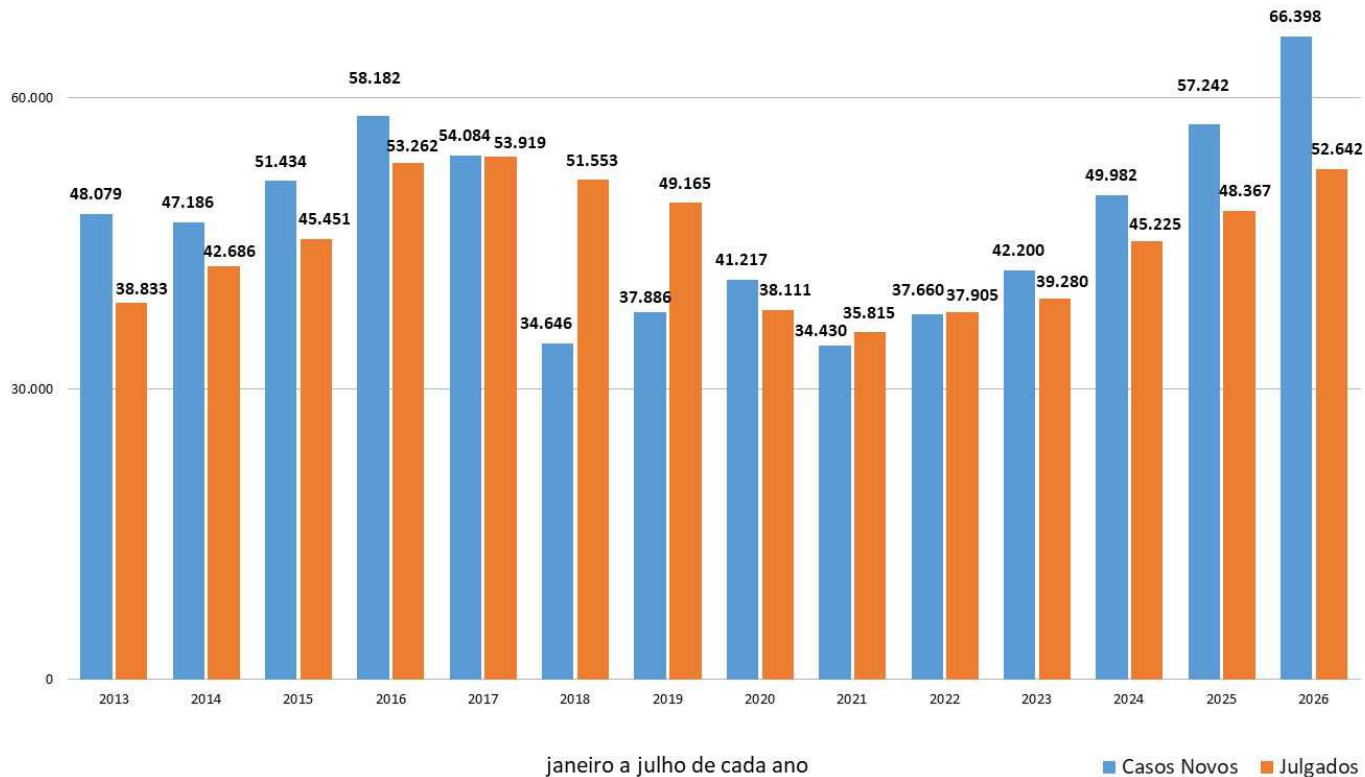
## Dados Estatísticos

### Destaques



# Dados Estatísticos

## Processos distribuídos x Processos julgados - Fase de conhecimento



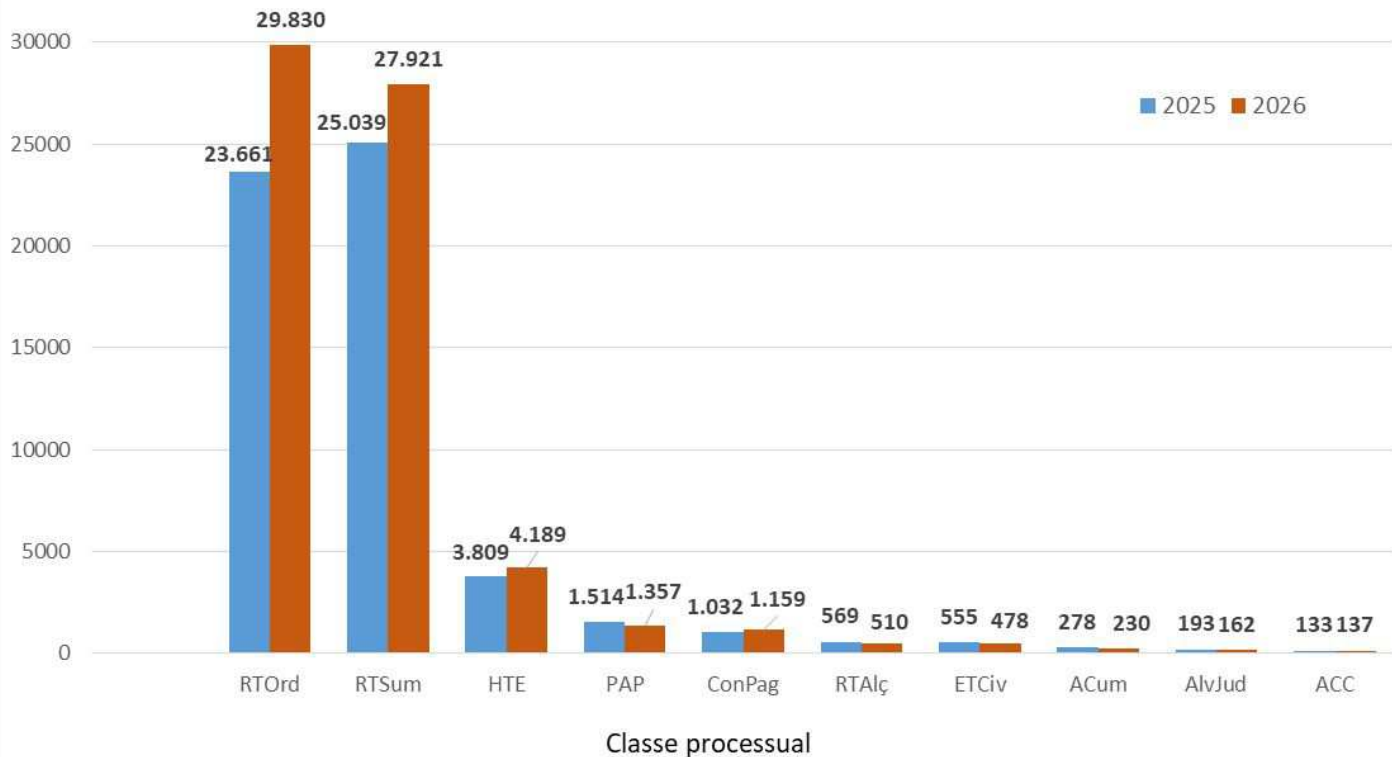
## Dados Estatísticos

### Destaques



# Dados Estatísticos

10 classes processuais mais ajuizadas nos anos de 2025 e 2026 (jan-jul)



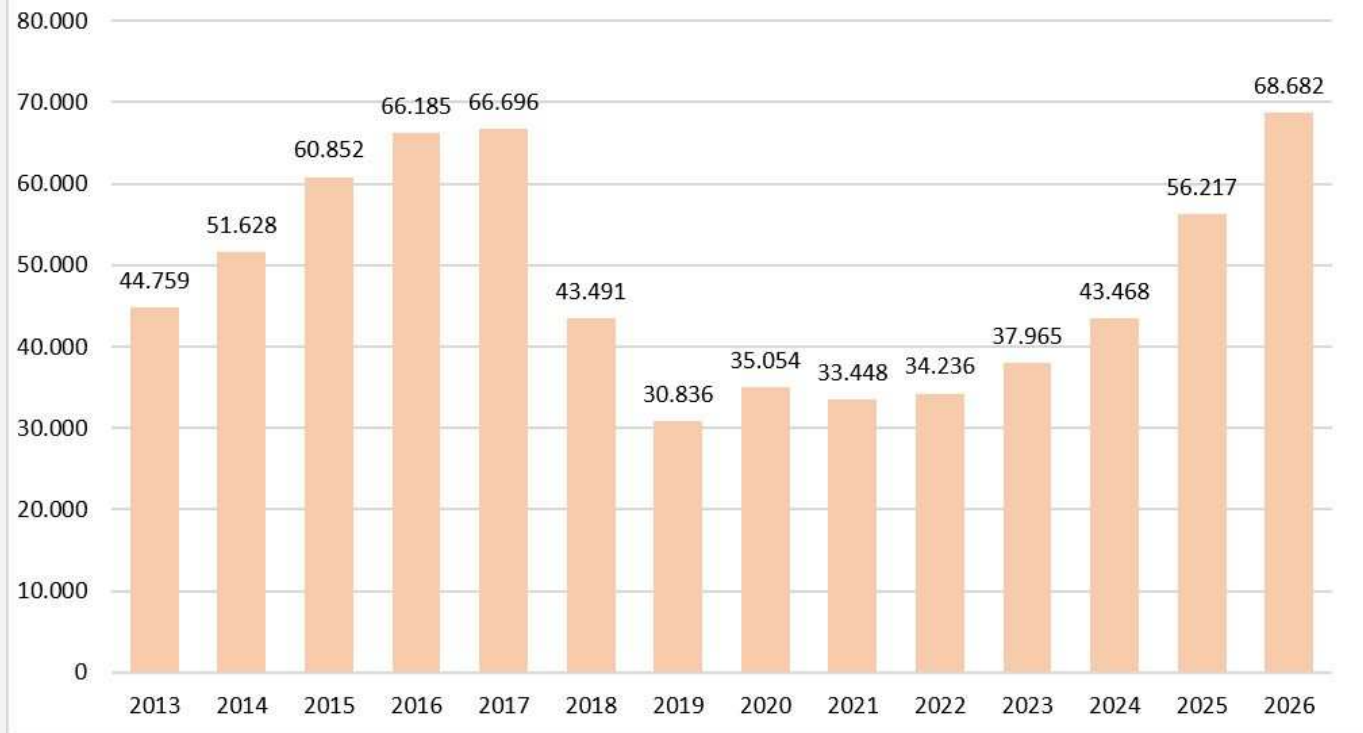
## Dados Estatísticos

### Destaques



# Dados Estatísticos

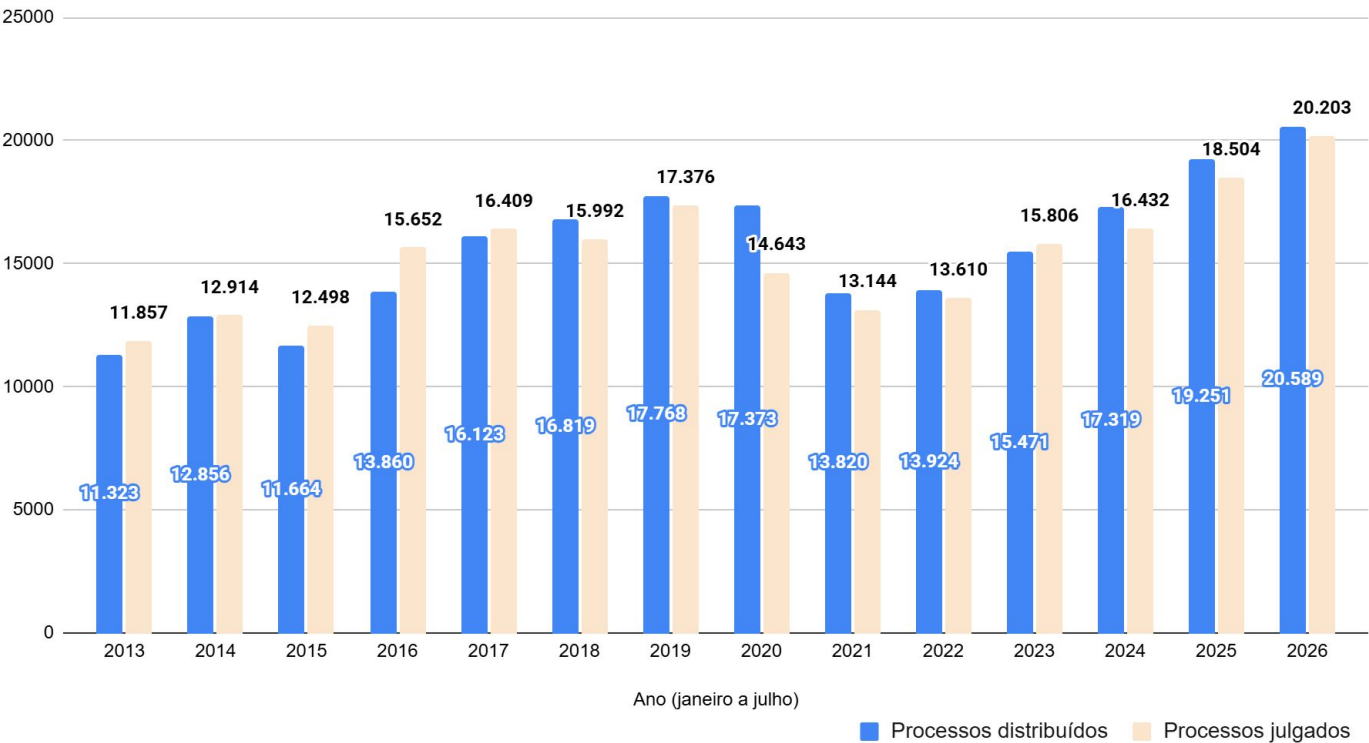
## Processos pendentes de solução - Fase de conhecimento





# Dados Estatísticos

Processos distribuídos x Processos julgados - 2º Grau



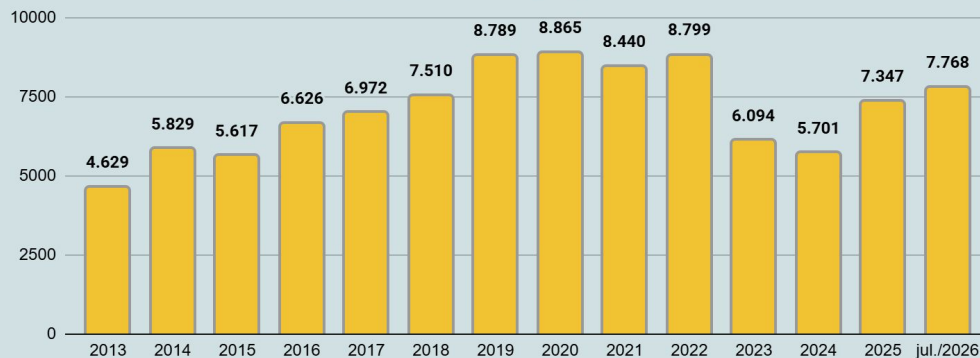
## Dados Estatísticos

### Destaques



# Dados Estatísticos

### Processos pendentes de julgamento - 2º Grau



### Processos pendentes de baixa - 2º Grau



# Dados Estatísticos

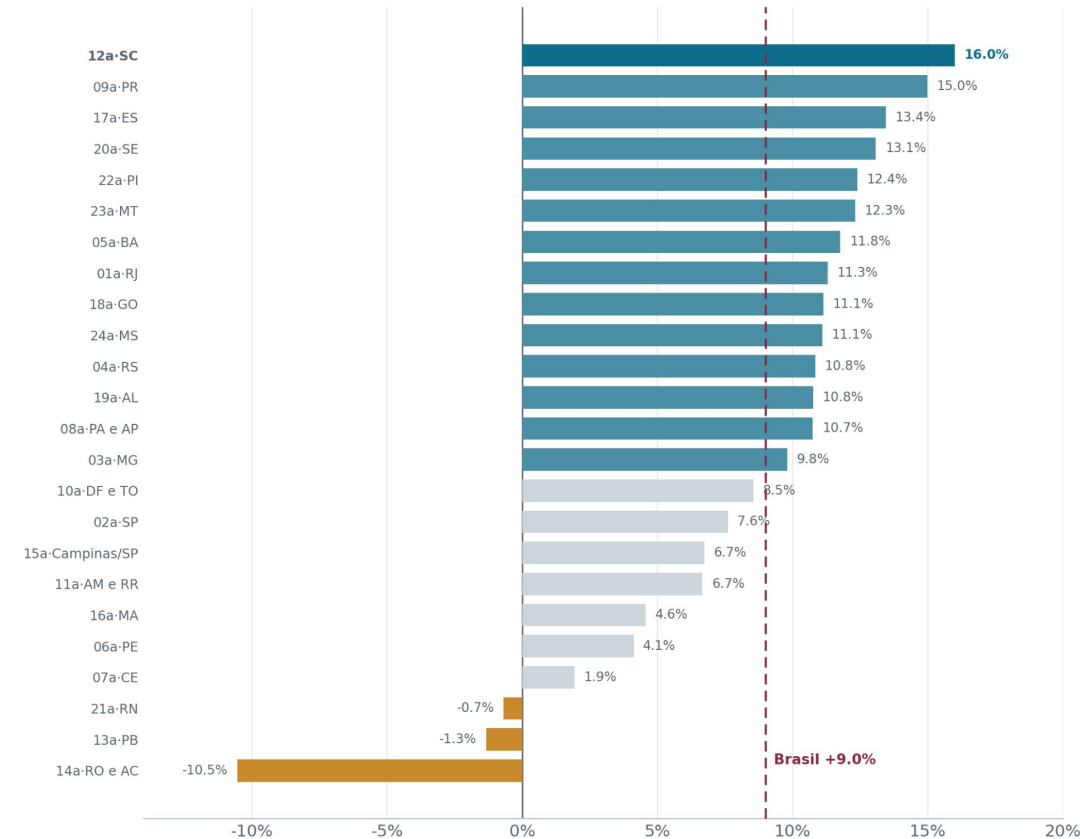
## Destaques



# Dados Estatísticos

## Crescimento recente — jan-jul/2025 → jan-jul/2026, 1º Grau, por TRT

Mesmos 7 meses. TRT-12 (azul) é o 1º de 24 — os pequenos, antes no topo, já desaceleraram (alguns negativos)



## Dados Estatísticos

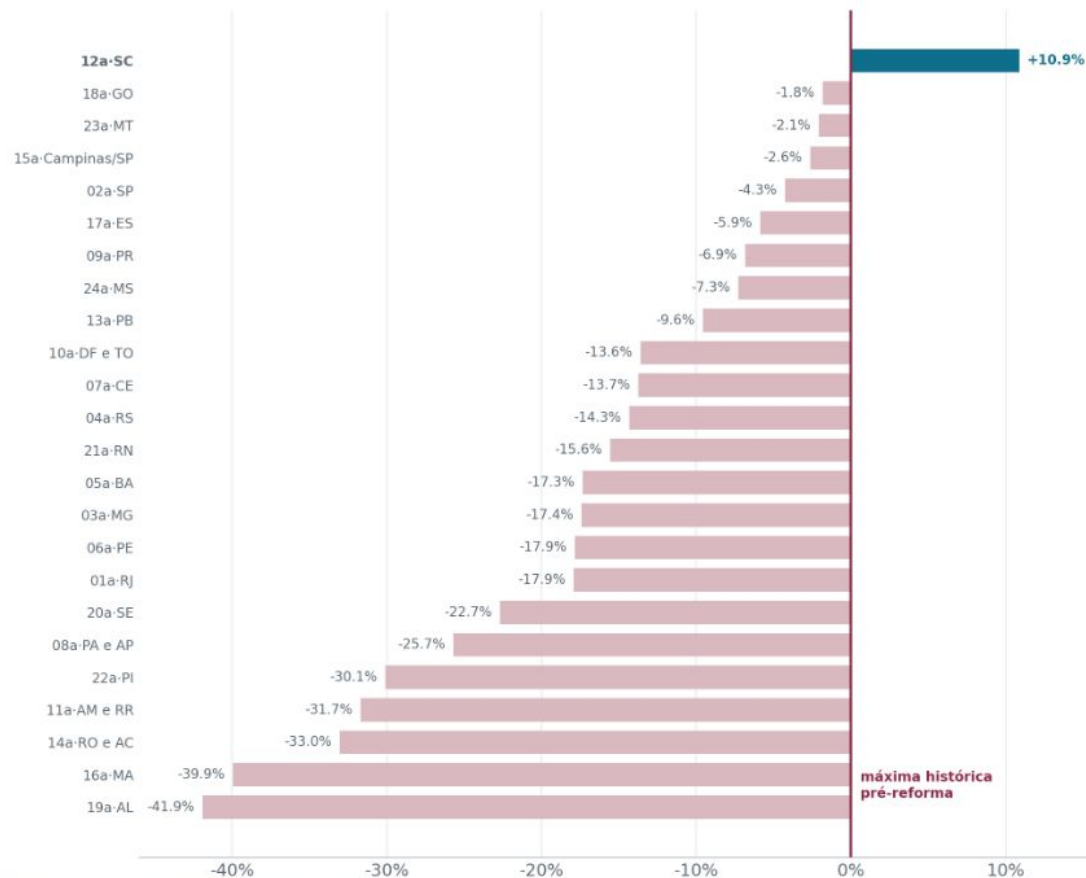
### Destaques



# Dados Estatísticos

## O único TRT acima da própria máxima histórica pré-reforma

Acumulado 12m atual (ago/25-jul/26) vs. o pico pré-reforma de cada TRT. Só o TRT-12 (azul) está no positivo.



Casos novos, 1º Grau. Fonte: e-Gestão / Datajud — CEST/TRT-12.

# METAS APROVADAS

2ª Reunião Preparatória para o 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário



## **META NACIONAL:** Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20 de dezembro do ano anterior a 19 de dezembro do ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no mesmo período. Ou, alternativamente, alcançar, no máximo, 40% de taxa de congestionamento líquida em processo de conhecimento.



## **META NACIONAL:** Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2027, desconsiderados os processos que estiverem suspensos ao final de 2027 ou que forem sobrestados durante o ano de 2027, 99% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2022) ou mais.



## **META NACIONAL:** Estimular a conciliação

Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior (2025/2026) ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.



## **META NACIONAL:** Reduzir a taxa de congestionamento

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2026, ou alcançar taxas de, no máximo, 40% na fase de conhecimento e 45% na fase de execução.



## **META NACIONAL:** Estimular a inovação no Poder Judiciário

Desenvolver, no ano de 2027, um projeto inovador com foco na melhoria dos serviços judiciais (atividade finalística), relacionado a um dos Macrodesafios da Estratégia Nacional, a partir dos Laboratórios de Inovação.



## **META ESPECÍFICA:** Execução – Promover a efetividade no cumprimento das decisões judiciais

Aumentar o índice de execuções extintas por satisfação da obrigação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio anterior (2025/2026) ou alcançar, no mínimo, 80% de execuções extintas por esse fundamento, excluídas as execuções fiscais.



As metas aprovadas refletem os consensos construídos no âmbito da Justiça do Trabalho e serão encaminhadas ao 20º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

# Conexão Estratégica



ALINHAR



ANALISAR



AVALIAR



PLANEJAR





PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

# Objetivos estratégicos relacionados ao Prêmio

Objetivos cujas ações e resultados contribuíram para os requisitos do **Prêmio CNJ de Qualidade**.



**8** objetivos estratégicos



**60** KR's vinculados



8 objetivos estratégicos com ações relacionadas aos requisitos do **Prêmio CNJ de Qualidade**.



O-5

Maximizar a eficiência da prestação jurisdicional, superando nossos números históricos e garantindo a celeridade e a qualidade na resolução dos processos.



O-7

Transformar o Tribunal em um modelo de práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), visando à promoção da responsabilidade socioambiental, da inclusão social e da transparência institucional.



O-8

Promover uma distribuição equitativa e eficiente dos recursos entre os graus de jurisdição e área administrativa, de modo a fortalecer a qualidade dos serviços judiciais em todas as instâncias.



O-9

Impulsionar a transformação institucional por meio da inovação colaborativa, da cooperação interinstitucional e da integração de estratégias a fim de obter a excelência na prestação jurisdicional.



O-10

Capacitar magistrados e servidores para promover uma cultura institucional de respeito, diversidade e inclusão.



O-11

Assegurar a preservação e o acesso à memória institucional como instrumento de transparência, identidade e fortalecimento da Justiça do Trabalho.



O-12

Ser referência em transparência e acesso à informação, consolidando nossa posição como um Poder Judiciário aberto, democrático e comprometido com a sociedade.



O-13

Garantir a integridade, precisão e confiabilidade das nossas informações nos sistemas nacionais, contribuindo para maior transparência e assertividade nas tomadas de decisões no Judiciário.



# Prêmio CNJ de Qualidade

## Conexão Estratégica

VE #4 - Excelência institucional e valor público

“

*Reconhecimento externo  
como reflexo da  
maturidade institucional* ”



ALINHAR



ANALISAR



AVALIAR



PLANEJAR



# Prêmio CNJ de Qualidade:

## o que foi feito para cumprir os requisitos



A mobilização do TRT-SC para o Prêmio CNJ de Qualidade 2026 envolveu o trabalho colaborativo de unidades judiciais e administrativas, com revisão de processos, aperfeiçoamento dos registros estatísticos e implementação de ações voltadas à governança, à produtividade, à transparência e à transformação digital.



### GOVERNANÇA

- Ações no âmbito da PopRuaJud:
  - 3 mirtóres de cidadania,
  - Criação do fluxo de acolhimento de pessoas em situação de rua;
  - Capacitação sobre a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.
- Ações de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, sexual e discriminação
- Ações de promoção à equidade racial
- Capacitação de cerca de 450 pessoas em equipe de gênero e raça, diversidade e enfrentamento do assédio e da discriminação.
- Ações de sustentabilidade:
  - Projeto de reflorestamento no Parque do Rio Vermelho;
  - Programa Ecoando;
  - Redução do parque de impressoras
- Gestão Participativa no processo de metas



### PRODUTIVIDADE

- Crescimento das unidades com desempenho positivo no índice de Atendimento à Demanda -
  - IAD: 1º grau: de estimativa de 20 para 43 unidades. **(+10 pontos)**
  - 2º grau: de estimativa de 5 para 10 unidades. **(+3 pontos)**
- Evolução da Taxa de Coniliação na fase de execução para 11,6% (estimativa). **(+10 pontos)**
- Metas judiciárias nacionais 1, 2, 3 e 5
- Meta 9 - inovação



### TRANSPARÊNCIA

- Alcance de 100% no resultado preliminar do Ranking da Transparência do Poder Judiciário 2026.
- Revisão e publicação de informações no Portal da Transparência.
- Compromisso com a disponibilidade de informações públicas completas, atualizadas e acessíveis.
- Atendimentos Ouvidoria



### DADOS E TECNOLOGIA

- Alcance do nível de Excelência no índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - iGovTIC-JUD.
- Qualificação dados de partes e dos registros nos sistemas (Data Jud, Codex e demais bases).
- Saneamento de dados no Codex e Datajud
-



Última Atualização

05/08/2026 12:32:29

Pontos Mínimos p/ Diamante

1.426,50

Saldo Pontuação

-6,50

% Pontuação Final

89,59%

### Filtros

#### Eixos

Todos

#### Área Relatoria/Associada

Todos

#### Cumprimento

Todos

### Selo

89,59%



| EIXO                   | Pontuação Máxima | % Composição da Pontuação Máxima | Pontuação TRT-12 | % Composição da Pontuação TRT-12 | Pontos não Alcançados | % Pontos não Alcançados |
|------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 1 - Governança         | 450              | 28,39%                           | 390,00           | 86,67%                           | -60,00                | -13,33%                 |
| 2 - Produtividade      | 415              | 26,18%                           | 325,00           | 78,31%                           | -90,00                | -21,69%                 |
| 3 - Transparência      | 140              | 8,83%                            | 140,00           | 100,00%                          | 0,00                  | 0,00%                   |
| 4 - Dados e Tecnologia | 580              | 36,59%                           | 565,00           | 97,41%                           | -15,00                | -2,59%                  |
| Total                  | 1585             | 100,00%                          | 1420,00          | 89,59%                           | -165,00               | -10,41%                 |

### Pontuação por Eixo

#### Governança

86,67%

#### Produtividade

78,31%

#### Transparência

100,00%

#### Dados e Tecnologia

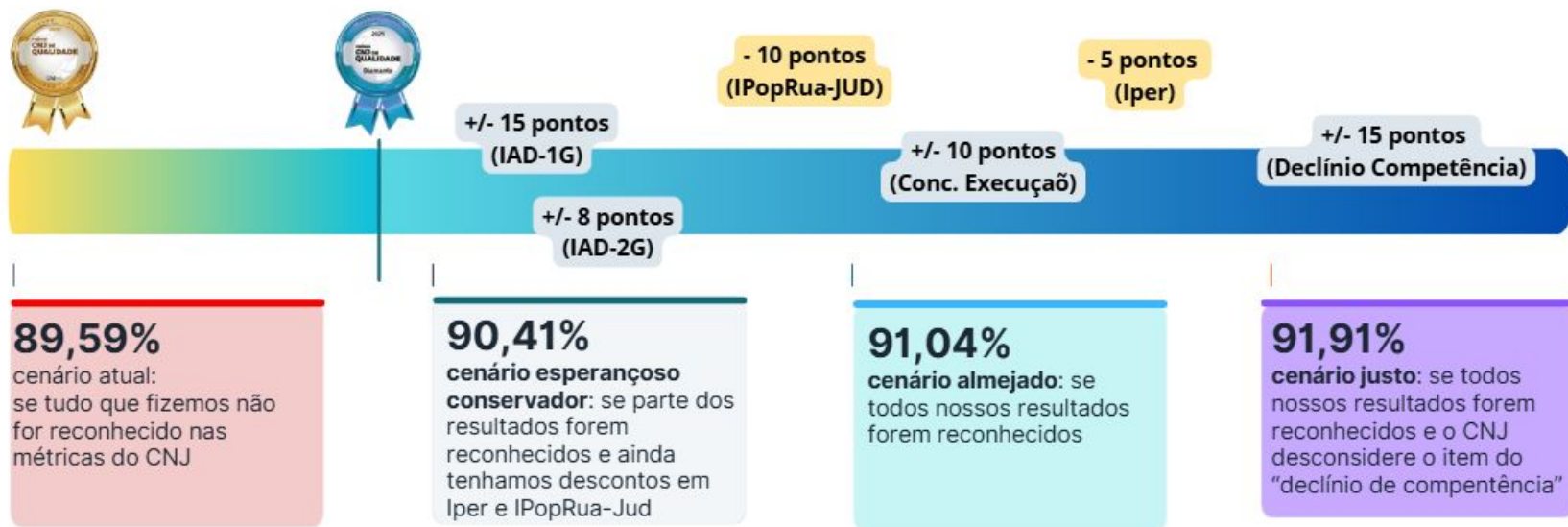
97,41%

| EIXO           | ITEM  | ARTIGO     | CATEGORIA                                  | TIPO    | CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO                                                                                                               | Pontuação Máxima | Pontuação TRT-12 | CUMPRIMENTO 2026                | JUSTIFICATIVA                                                                                                                                                   |
|----------------|-------|------------|--------------------------------------------|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1 - Governança | G01   | Art. 9º, I | Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição | item    | -                                                                                                                                    | 85               | 45               | Previsão de Atendimento Parcial | Percentual de casos novos no primeiro grau da Resolução CNJ n. 219/2016 considerado: 79,8% (referente ao percentual mínimo dos últimos 3 anos menos 1%). Assim: |
| 1 - Governança | G01.1 | Art. 9º, I | Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição | subitem | a) distribuição dos(as) servidores(as) entre os graus de jurisdição, nos termos do art. 3º da Resolução CNJ nº 219/2016 (20 pontos); | 20               | 0                | Não Atendido                    | Percentual de servidores é 74,8%, logo menor que o percentual de casos novos: 0 pontos                                                                          |
| 1 - Governança | G01.2 | Art. 9º, I | Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição | subitem | b) distribuição da soma dos valores integrais das funções comissionadas e dos cargos em comissão, nos                                | 20               | 0                | Não Atendido                    | Percentual de FCs/CJs é 68,9%, logo menor que o percentual de casos novos: 0 pontos                                                                             |



# Prêmio CNJ de Qualidade:

## ainda indefinido, mas há esperança



Fizemos um excelente trabalho para a instituição, com resultados que deixam legado. Agora, o reconhecimento externo será apenas o reflexo da maturidade institucional.

# CONEXÃO ESTRATÉGICA

Objetivos e Resultados-Chave definidos no evento



**6** objetivos  
estratégicos



**20** KR's  
vinculados

**O-1**

**Melhorar a eficiência operacional e a capacidade analítica da organização, potencializando e evoluindo as soluções tecnológicas institucionais, de modo a simplificar rotinas e superar limitações dos sistemas por meio de capacitação, automação e uso consciente e seguro de dados e inteligência artificial.**

**KR-1.1**

Implementar X novas automações de processos de negócio priorizados no 1º grau, 2º grau ou áreas administrativas por ano.

**KR-1.2**

Reduzir, no mínimo, em 75% o tempo médio de execução das rotinas priorizadas no 1º grau, 2º grau ou áreas administrativas.

**KR-1.3**

Implementar X soluções tecnológicas complementares aos sistemas institucionais para superar limitações identificadas.

**KR-1.5**

Capacitar 10% dos servidores das áreas judiciárias e administrativas em inteligência artificial e tecnologias emergentes.

**O-2**

**Fomentar um ambiente de trabalho em que predomina o sentimento de realização por fazer parte de uma instituição que reconhece e valoriza sua força de trabalho, com cooperação e integração entre equipes, alinhadas ao propósito institucional.**

**KR-2.1**

Incentivar, ao menos 2 vezes por semestre, a realização de momentos de integração entre as áreas e pessoas do Tribunal.

**KR-2.2**

Capacitar 90% dos gestores em gestão de pessoas, rotinas de trabalho e recursos tecnológicos voltados para o serviço público, com foco na gestão de carga de trabalho e engajamento de equipes.

**KR-2.3**

Alcançar uma média de 80% de avaliações positivas nos eventos institucionais de engajamento, reconhecimento e cooperação.

**KR-2.4**

Implementar mecanismos institucionais de reconhecimento com critérios definidos e aplicação nas áreas.

**O-3**

**Equilizar a carga de trabalho e otimizar a força de trabalho entre unidades, considerando cargos e funções, melhorando a produtividade do Tribunal e as condições de trabalho e bem-estar dos magistrados e servidores.**

**KR-3.1**

Reduzir a variação da carga de trabalho entre unidades judiciárias e administrativas de 500% para 15%.

**KR-3.2**

Reduzir, até dezembro de 2026, em 5% o total do déficit de servidores das Varas do Trabalho que apresentem lotação abaixo do limite mínimo definido pela Resolução CNJ nº 219/2016, em relação à lotação paradigma estabelecida para o segundo semestre de 2026.

**KR-3.5**

Aumentar em 10% o número de cooperações em unidades de 1º grau sobrecarregadas.

**O-4**

**Promover a saúde física e mental das pessoas, para que se sintam acolhidas, cuidadas e respeitadas pelo Tribunal.**

**KR-4.1**

Aumentar em 15% a percepção de melhora na saúde física e mental dos servidores.

**KR-4.2**

Realizar pelo menos 10 ações de promoção da saúde e bem-estar por ano.

**KR-4.3**

Aumentar em 15% a participação dos servidores nas ações de promoção da saúde.

**KR-4.4**

Reduzir em 10% o absenteísmo relacionado a doenças psicoemocionais (CID F) até dez/2027.

**O-6**

**Organizar o atendimento às demandas institucionais externas, estabelecendo prioridades com base em critérios claros e no uso de dados, garantindo respostas coordenadas, ágeis e efetivas.**

**KR-6.1**

Implementar processo institucional de gestão de demandas externas, contemplando critérios de priorização, fluxos definidos, estratégias de articulação com órgãos externos e uso de sistema de gerenciamento.

**O-7**

**Transformar o Tribunal em um modelo de práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), visando à promoção da responsabilidade socioambiental, da inclusão social e da transparência institucional.**

**KR-7.1**

Garantir acessibilidade plena em 100% dos novos sistemas desenvolvidos pelo TRT12.

**KR-7.1.8**

Aumentar em 100% a geração de energia fotovoltaica nos prédios do TRT até 31 de dezembro de 2027.

**KR-7.2**

Reduzir em 50% as unidades com inconformidades de acessibilidade até 31/12/2027, com 100% dos projetos elaborados até 31/03/2027 e execução priorizada com o Comitê de Acessibilidade.

**KR-7.3**

Engajar 10% dos magistrados e gestores para que mobilizem suas equipes a participarem de ações de sensibilização e capacitação em acessibilidade, inclusão, equidade e sustentabilidade.

# RAE 2026 | KRs POR RESPONSÁVEL

## Metas e Resultados-Chave

1



**Carlos Eduardo  
Tiusso**

**KR 1.5**

Capacitar 10% dos servidores das áreas judiciárias e administrativas em inteligência artificial e tecnologias emergentes.

**KR 2.2**

Capacitar 90% dos gestores em gestão de pessoas, rotinas de trabalho e recursos tecnológicos voltados para o serviço público, com foco na gestão de carga de trabalho e engajamento de equipes.

2



**Dolores Cunha  
de Amorim Santos**

**KR 4.1**

Aumentar em 15% a percepção de melhora na saúde física e mental dos servidores (pesquisa de clima).

**KR 4.2**

Realizar pelo menos 10 ações de promoção da saúde e bem-estar por ano.

**KR 4.3**

Aumentar em 15% a participação dos magistrados e servidores nas ações de promoção da saúde, até 2027.

**KR 4.4**

Reduzir em 10% o absenteísmo relacionado a doenças psicoemocionais (CID F) até dez/2027.

3



**Frederico Aguiar**

**KR 3.5**

Aumentar em 10% o número de cooperações em unidades de 1º grau sobrecarregadas.

4



**Gustavo Bianchini**

**KR 7.2**

Accesibilidade: Reduzir em 50% as unidades com inconformidades de acessibilidade até 31/12/2027, com 100% dos projetos elaborados até 31/03/2027 e execução priorizada com o Comitê de Acessibilidade.

**KR 7.1.8**

Sustentabilidade: Aumentar em 100% a geração de energia fotovoltaica nos prédios do TRT até 31 de dezembro de 2027.

# RAE 2026 | KRs POR RESPONSÁVEL

## Metas e Resultados-Chave

5



Valdir Luiz da  
Cunha

**KR 1.1**

Implementar X (?) novas automações de processos de negócio priorizados no 1º grau, 2º grau ou áreas administrativas por ano.

**KR 1.2**

Reduzir, no mínimo, em 75% (?) o tempo médio de execução das X(?) rotinas priorizadas no 1º grau, 2º grau ou áreas administrativas.

**KR 1.3**

Implementar X(?) soluções tecnológicas complementares aos sistemas institucionais para superar limitações identificadas.

6



Fabiana Vieira de  
Linhares

**KR 2.1**

Incentivar, ao menos 2 vezes por semestre, a realização de momentos de integração entre as áreas e pessoas do Tribunal.

**KR 2.3**

Alcançar uma média de 80% de avaliações positivas nos eventos institucionais de engajamento, reconhecimento e cooperação.

**KR 2.4**

Implementar mecanismos institucionais de reconhecimento com critérios definidos e aplicação nas áreas.



7



Gustavo Bestetti  
Ibarra

**KR 3.2**

Reduzir a variação da carga de trabalho entre unidades judiciárias e administrativas de 500% para 15%.

8



Tamilly Virissimo

**KR 7.3**

Engajar 100% dos magistrados e gestores para que mobilizem suas equipes a participarem de ações de sensibilização e capacitação em acessibilidade, inclusão, equidade e sustentabilidade.

# PROJETOS

Iniciativas que impulsionam  
a estratégia e **geram valor**



ALINHAR



ANALISAR



AVALIAR



PLANEJAR





## 4. PROJETOS



### Equalização

Promover a distribuição equitativa da carga de trabalho entre unidades, garantindo maior eficiência e qualidade na prestação jurisdiccional.



### Núcleo de 1º Grau

Implementar o Núcleo de 1º Grau para aprimorar a atuação estratégica, padronizar práticas e fortalecer o apoio às unidades judiciárias.



### Política de Reconhecimento

Instituir uma política estruturada de reconhecimento para valorizar pessoas e equipes, fortalecendo a motivação e o senso de pertencimento.



### IDS

Desenvolver o Índice de Desempenho Sustentável (IDS) para apoiar a gestão estratégica com dados e indicadores confiáveis.



**Projetos que impulsionam nossa estratégia e geram impacto para a Justiça do Trabalho.**



# Sistema de Equalização: Visão geral da evolução

Período analisado: 1º de julho a 25 de agosto de 2026

**19.720**

CASOS NOVOS

**1.359**

PROCESSOS EQUALIZADOS



# O sistema está corrigindo disparidades críticas

[ Intervenção ]

**1.359**

**Processos equalizados no período.**

*Isto representa apenas 6,9% dos 19.720 casos novos, provando que um ajuste de baixo volume gera um alto impacto estrutural.*

[ Impacto Humano ]

**- 50,0%**

**Queda na desigualdade por magistrado.**

*A dispersão da carga de trabalho caiu pela metade, aliviando os magistrados(as) mais sobrecarregados(as)*

[ Impacto Estrutural ]

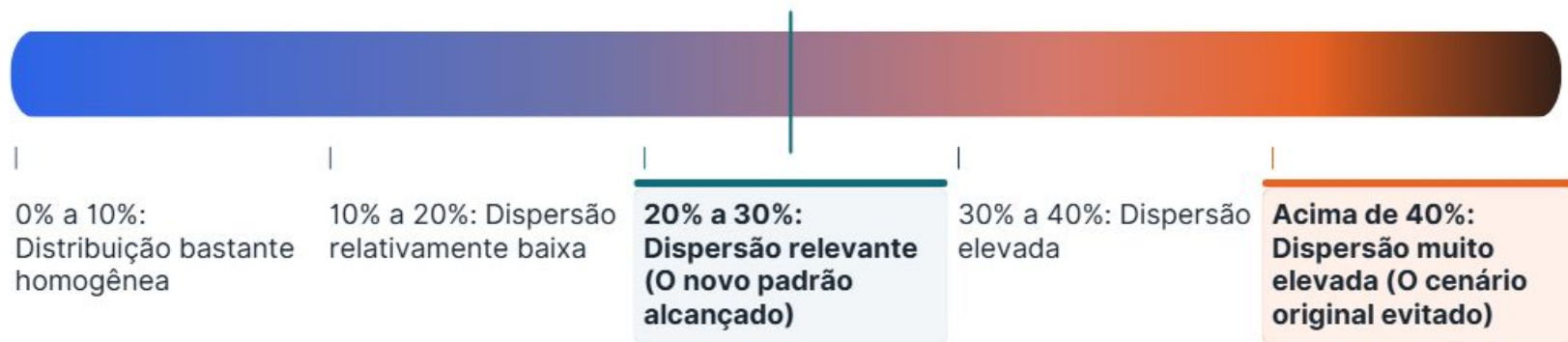
**- 24,1%**

**Queda na desigualdade por unidade.**

*O volume de processos por vara convergiu significativamente para a média estadual.*

## Como medimos a eficiência: O Coeficiente de Variação (CV)

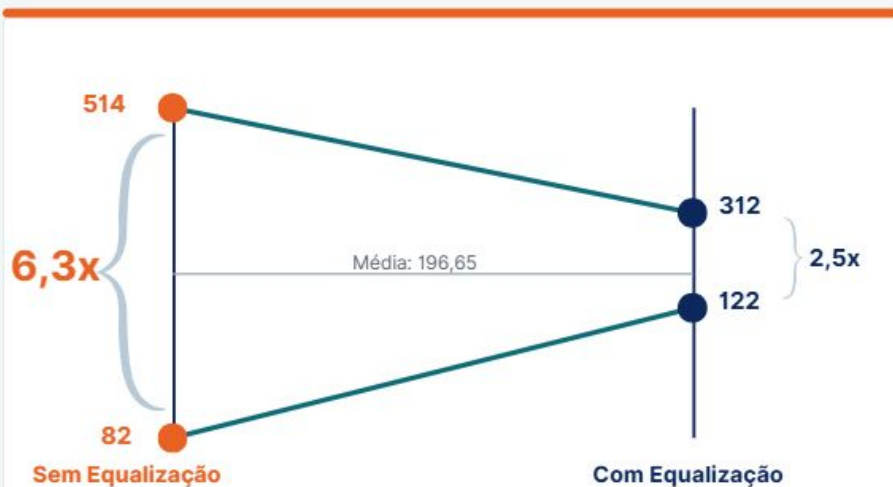
A principal métrica de análise não é o volume, mas a redução da desigualdade da carga de trabalho dos magistrados. O CV mede o quão distante as unidades estão do nível médio ideal ponderado por magistrados lotados.



A Lógica Comparativa: Todas as análises subsequentes contrastam dois cenários sobre as 60 unidades e 101 magistrados analisados: o cenário Sem Equalização (a projeção do caos evitado) e o cenário Com Equalização (a realidade atual alcançada).

# Carga de Trabalho: A dispersão extrema foi cortada pela metade.

A média estadual é de 196,65 processos por magistrado. O sistema não altera essa média, mas aproxima os extremos em direção a ela.



**Amplitude reduzida:** A distância entre o magistrado com mais processos e o com menos caiu de 431,5 para apenas 189,5 processos (-56,1%).

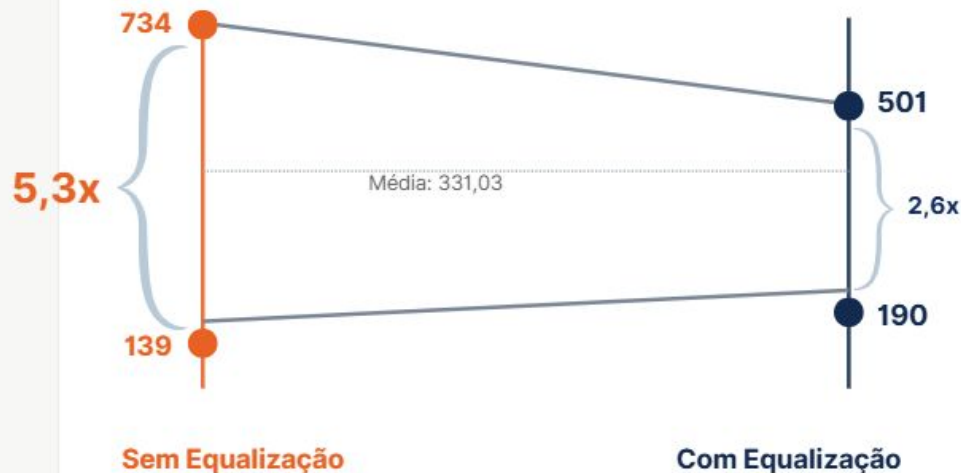
**Melhora de Faixa:** O estado saiu de uma classificação de Dispersão muito elevada (CV: 42,76%) para uma Dispersão relevante (CV: 21,40%).

**Impacto de**  
**50,0%**

A redução relativa de 50,0% no CV significa que a capacidade de julgamento do TRT12 está sendo otimizada.

## Unidades: Maior homogeneidade no volume processual.

Ao focar no volume total de processos por vara (média de 331,03), o sistema reduziu a sobrecarga nas varas que operavam acima da capacidade estrutural.



**Convergência de extremos:** o volume da vara mais congestionada caiu de 734 para 501 processos. O limite inferior subiu de 139 para 190.

**Redução da diferença entre unidades:** a amplitude total caiu de 595,00 para 311,00 processos (-47,7%).

**Mudança de cenário:** o coeficiente de variação caiu 8,43 pontos percentuais (de 34,99% para 26,56%), retirando o estado da faixa de Dispersão elevada.

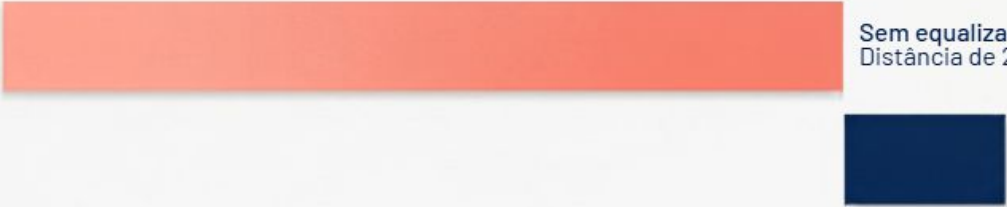
Impacto de  
**-24,1%**

de redução no  
coeficiente de variação  
estrutural por unidade.

# A Dinâmica da Equalização: Cedentes vs. Destinatárias

O funcionamento da equalização é visível ao medir a distância entre o grupo que envia processos (16 unidades cedentes) e o que recebe (18 unidades destinatárias).

## Quantidade por Unidade

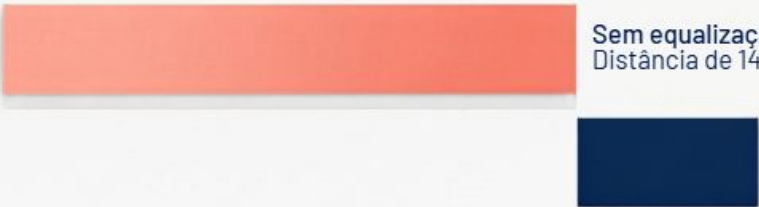


Sem equalização:  
Distância de 204,03 processos.

Com equalização: Distância  
reduzida para 44,65 processos.

**(Redução de 78,1%  
na diferença)**

## Quantidade por Magistrado



Sem equalização:  
Distância de 144,87 processos.

Com equalização: Distância  
reduzida para 47,31 processos.

**(Redução de 67,3%  
na diferença de  
carga de trabalho)**

# Alguns destaques



Reequilíbrio de cargas processuais entre unidades:  
redistribuição para mais eficiência e melhores resultados.



## Maior Alívio (Unidades Cedentes)

### Vara do Trabalho de Itapema:

Enviou 233 processos.

Evitou uma carga irreal de 367  
processos/magistrado, reduzindo  
para 250,5.

367



250,5

### Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste:

Enviou 202 processos.

Carga evitada: 514  
processos/magistrado.  
Carga real alcançada: 312.

514



312



## Maior Suporte (Unidades Destinatárias)

### 2ª Vara do Trabalho de Lages:

Recebeu 121 processos.

Carga ajustada de 82,5 para 143  
processos/magistrado (muito mais  
próximo da média estadual de 196).

143



82,5

### Vara do Trabalho de Canoinhas:

Recebeu 119 processos.

Carga ajustada de 119 para  
178 processos/magistrado.

178



119



# Convergência entre Cedentes e Destinatárias

A equalização reduziu de forma expressiva as diferenças de volume e de carga de trabalho entre os grupos diretamente envolvidos no sistema.



## RESUMO POR GRUPO



### CEDENTES



16

unidades



25

magistrados



7.116

processos

TOTAL DE PROCESSOS

7.116 → 5.765

MÉDIA/UND.

444,75 → 360,31

MÉDIA/MAG.

284,64 → 230,60

VARIAÇÃO LÍQUIDA

-1.351

processos

(-19,0%)



### DESTINATÁRIAS



18

unidades



31

magistrados



4.333

processos

TOTAL DE PROCESSOS

4.333 → 5.682

MÉDIA/UND.

240,72 → 315,67

MÉDIA/MAG.

139,77 → 185,29

VARIAÇÃO LÍQUIDA

+1.349

processos

(+31,1%)



### NEUTRAS



26

unidades



45

magistrados

8.413

processos

TOTAL DE PROCESSOS

8.413 → 8.415

MÉDIA/UND.

323,58 → 323,65

MÉDIA/MAG.

186,96 → 187,00

VARIAÇÃO LÍQUIDA

+2

processos

(dependências identificadas)

# Orçamento

